



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**EDVIRGES BATISTA DE OLIVEIRA**

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ABORDADAS NA DISCIPLINA DE  
ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA “IDELFONSO ANSELMO DA  
SILVA” (AMPARO-PB)**

**SUMÉ – PB  
2015**

**EDVIRGES BATISTA DE OLIVEIRA**

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ABORDADAS NA DISCIPLINA DE  
ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA “IDELFONSO ANSELMO DA  
SILVA” (AMPARO-PB)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, área de Ciências Humanas e Sociais, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.

**Orientador:** Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto

**SUMÉ – PB  
2015**

O482p Oliveira, Edvirges Batista de.

As práticas pedagógicas abordadas na disciplina de ensino religioso na escola na escola “Idelfonso Anselmo da Silva” (Amparo-PB) / Edvirges Batista de Oliveira. - Sumé - PB: [s.n], 2015.

127 f.

Orientador: Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Educação. 2. Currículo. 3. Metodologia. 4. Religião - Ensino.  
I. Título.

CDU: 373.5.016 (043.3)

## EDVIRGES BATISTA DE OLIVEIRA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, área de Ciências Humanas e Sociais, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.


### BANCA EXAMINADORA:



---

**Prof.Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto**  
**UFCG/CDSA/UAEDUC**

**Prof. Orientador**



---

**Prof.Dr. José Luciano de Queiroz Aires**  
**UFCG/CH/UAH**

**Prof. Examinador 01**



---

**Prof. Dr. Wallace Ferreira de Souza**  
**UFCG/CDSA/UAEDUC**

**Prof. Examinador 02**

**Aprovado em Sumé - PB, 02 de dezembro de 2015**

Dedico este trabalho em especial a minha família (irmãos, sobrinhos, tios, tias, madrinhas, primos, amigos (os quais considero irmãos- Gabrielly Ohana e Aline Barbosa) e a todos aqueles que acreditaram e me apoiaram nessa jornada. E em meio a todos eles, uma ênfase maior ao meus pais, João e Edileusa, os quais sempre fizeram o possível e o impossível para que eu fosse adiante nos estudos... e é claro, a minha “borboletinha” Ana Cecília, a qual abrilhanta meu dia e me faz crer, querer, buscar e lutar por um futuro melhor na educação brasileira. E, é claro, ao meu estimado orientador Faustino Teatino Cavalcante Neto por toda a sua dedicação durante esse período de pesquisa, aprendizagem e construção. Obrigada a todos que me motivaram a ir em busca dos meus objetivos e seguir adiante independente das dificuldades enfrentadas.

## AGRADECIMENTOS

O agradecimento é um dos momentos mais esperados para alguns, é o dito momento de demonstra a gratidão por aqueles que ajudaram você a chegar até aqui, e que ao mesmo tempo continuam incentivando a ir mais além.

Gostaria de dividir os meus agradecimentos, em dois momentos, não que um seja mais importante do que outro, mas à participações de varias pessoas em momentos distintos.

Os primeiros agradecimentos começará por Deus, por me abençoar cada dia da minha vida nessa jornada na qual não quero parar. Por ter me dado forças quando quis fraquejar, e abrir minha mente para novos aprendizados e sempre querer mais e mais.

Indo adiante, quero agradecer imensamente ao meu pai João Batista de Oliveira e a minha mãe Edileusa Luisa de Araújo, primeiramente por terem me dado a vida, assim também por nunca em momento algum desistirem dos meus estudos apesar das dificuldades que apareciam nessa jornada, e que diariamente estavam presentes para me ajudarem no que fosse necessário. Aos meus irmãos Hosana e Luís a minha sobrinha Heloisa e ao pequeno Luiz Miguel que esta a caminho e a minha filha Ana Cecília à qual dedico minha vida, por todos os momentos difíceis que enfrentei e que em momento algum eles me abandonaram. Aos meus amigos que conquistei durante o curso e aqueles que estiveram comigo antes, durante e que iram ficar posteriormente, em especial a Gabrielly Ohana e a Aline Barbosa, esses que sempre tiveram presentes na minha jornada aguentando todos os momentos difíceis e atropelos os quais passei. E por fim nessa primeira parte, agradeço a todos amigos e familiares de modo geral.

Na segunda parte, gostaria de agradecer primeiramente a uma mulher guerreira que me deu os primeiros ensinamentos, muito obrigada a você Maria Josefa da Silva por conduzir meus primeiros passos na educação. Indo mais adiante, agradeço a toda equipe acadêmica da UAEDUC, a qual tive o prazer de conhecer no decorrer desses anos, profissionais que levarei sempre comigo. Agradeço de forma especial ao meu orientador Faustino Teatino Cavalcante Neto, por ter pegado na minha mão e me conduzido durante todo este trabalho, um profissional o qual pouco conhecia para aceitar essa jornada tão especial para qualquer graduando, mas que se dispôs a me guiar. Muito obrigada, pois sem você eu não estaria vivenciando este momento.

Um agradecimento mais que especial a duas pessoas as quais tenho um enorme carinho, pois costumo dizer que eles foram meus pais no meu processo de graduação, os quais me ensinaram na vida acadêmica e pessoal. Que certa vez disse (e que torno a dizer sempre) que um nos ensinou a ter asas pra voar atrás dos nossos ideais, já o outro, nos ensinou a dosar o tamanho do vôo para que através deles possamos ter grandes aprendizados e grandes conquistas... O obrigado vai para aqueles dois que estiveram presentes desde os primeiros capítulos e que se fazem até hoje, mesmo um deles já não estando mais ligado ao campus. Enfim, o meu muito obrigado mais que especial vai para esses dois grandes mestres, Fabiano Custódio e Luciano Queiroz, obrigada por cada ensinamento que vocês me passaram.

Meu agradecimento não poderia deixar passar por despercebido a Fabiana Feitosa, à minha supervisora do PIBID, a qual se dispôs independente do momento a me ajudar no que fosse necessário na escola pesquisada, a você meu muito obrigada.

E por fim, a boa turma "Os 15" que ao longo de todo o curso estiveram presentes dando apoio uns aos outros e que por fim tornou-se uma grande família.

Espero imensamente que aqueles que escolheram pelo caminho da docência, nunca desistam de suas ideias e que por mais difícil que pareça, que a vontade de mudar, lutar e vencer persista!

Obrigada à todos!!!

Edvirges Batista de Oliveira

*“Com a educação do campo se faz amor  
Que traz ao homem do campo seu valor,  
Professores responsáveis e também  
batalhadores  
Uma perspectiva diferente, cada uma com  
seu vigor  
Fazendo a interação de docente e educador,  
Esse é o nosso campo que se torna  
encantador*

*Educação do campo é também diversidade,  
Ensina não só no campo, mais também na  
cidade  
Trazendo uma educação para ter a  
igualdade  
Trabalha principalmente com a questão da  
identidade  
Não deixa ninguém de lado, pois todos tem  
capacidade  
Fazem o trabalho bem feito, pois tem amor  
de verdade.”*

(Aline de Oliveira Barbosa)



## RESUMO

O presente trabalho investiga quais as concepções religiosas são abordadas pelas práticas pedagógicas abordadas no Ensino Religioso no Ensino Fundamental II, tendo como campo e pesquisa a Escola Ildefonso Anselmo da Silva, na cidade de Amparo- PB. Tendo como interesses específicos: historicizar o Ensino Religioso na história da educação brasileira; apontar as metodologias utilizadas na disciplina de Ensino Religioso no Ensino Fundamental II; e identificar as concepções religiosas abordadas de Ensino Religioso no Ensino Fundamental II. Buscamos subsídios teóricos em Queiroz e Cavalcanti. Usando como procedimento metodológico a abordagem qualitativa, através de pesquisa de campo para a coleta de dados. Por meio deste trabalho pudemos ver a forma de como o Ensino Religioso como componente curricular é trabalhado nas escolas públicas brasileiras, através das práticas metodológicas tidas em sala de aula e nas abrangências da comunidade escolar, com maior ênfase na escola pesquisada. Cujas conclusões apontam para uma permanência de um ensino cristocêntrico.

**Palavras – Chave:** Ensino Religioso. Laicidade. Metodologia de Ensino.

## **ABSTRACT**

The current work investigates which religious conceptions are approached by the pedagogical practices presented on the religious education in the Fundamental Teaching II, having as field and research, Idelfonso Anselmo da Silva school, in the city of Amparo (PB). Having as specific goals: to document the religious teaching in Brazilian education history; to show the methodologies used in the subjects of religious education in the Fundamental Teaching II; and identify the religious conceptions brought on the religious education in the Fundamental Teaching II. We searched theoretical subsidy in Queiroz and Cavalcanti. Using as methodological proceeding a qualitative approach, through field research, for data gathering. By means of this work, we could see the way how religious education, as a component of curriculum, is performed in Brazilian public schools, through the methodological practices in classrooms and in the scope of school community, with greater emphasis at the researched school. With conclusions point to a permanent Christocentric teaching.

**Key – Words:** Religious education. Laicity. Teaching methodology.

## **LISTA DE SIGLAS**

**UAEDUC** - Unidade Acadêmica de Educação do Campo

**PIBID** - Programa de Iniciação a Docência

**PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais

**ER** - Ensino Religioso

**LDB** - Lei das Diretrizes de Base

**S/D** - Sem Data

**UNE** - União Nacional dos Estudantes

**EMC** - Educação Moral e Cívica

**OSP** - Organização Social Política do Brasil

**LDBEN** - Lei das Diretrizes de Base da Educação Nacional

**PPP** - Projeto Político Pedagógico

**IAS** - Ildelfonso Anselmo da Silva

**EIAS** - Escola Ildelfonso Anselmo da Silva

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FOTO I</b> .....	73
<b>FOTO II</b> .....	74
<b>FOTO III</b> .....	75
<b>FOTO IV</b> .....	77
<b>FOTO V</b> .....	78

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro I – Plano de curso 01: conteúdos e objetivos específicos .....</b>	<b>50</b>
<b>Quadro II – Plano de aula 02: conteúdos e objetivos específicos .....</b>	<b>51</b>
<b>Quadro III – Informações básicas sobre as professoras entrevistadas .....</b>	<b>57</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2. ENTRELACANDO OS FIOS HISTÓRICOS DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL</b> .....	22
2.1 O ENSINO RELIGIOSO NA COLÔNIA (1500-1822) .....	22
2.2 O ENSINO RELIGIOSO NO IMPÉRIO (1822–1889).....	24
2.3 O ENSINO RELIGIOSO NA REPÚBLICA (1889 - ATUAL).....	28
<b>3. METODOLOGIAS UTILIZADAS NA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA ILDEFONSO ANSELMO DA SILVA</b> .....	42
3.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: SUAS ABORDAGENS E SEUS SILÊNCIOS QUANTO AO ENSINO RELIGIOSO .....	42
3.2 PLANOS ANUAIS DOS PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO: UMA CULTURA RELIGIOSA AMPLA OU DIVERSA? .....	46
3.3 PRÁTICAS METODOLÓGICAS NAS SALAS DE AULA: POR UMA DIVERSIDADE DAS CULTURAS RELIGIOSAS? .....	52
3.4 COM A PALAVRA AS PROFESSORAS: COMO ORQUESTRAM OS SABERES RELIGIOSOS? .....	55
3.5 COM A PALAVRA OS ALUNOS: UMA VISÃO DOS DEBATEDORES DOS CONHECIMENTOS .....	62
<b>4. AS CONCEPÇÕES RELIGIOSAS ABORDADAS NO ENSINO FUNDAMENTAL II</b> .....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	80
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81
<b>ANEXO A – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ILDEFONSO ANSELMO DA SILVA</b> .....	84
<b>ANEXO B - PLANO DE CURSO DA PROFESSORA “A”</b> .....	96
<b>ANEXO C- PLANO DE CURSO DA PROFESSORA “B”</b> .....	103
<b>APÊNDICE A- FICHA ROTEIRO PARA ENTREVISTA</b> .....	106
<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS</b> .....	108
<b>APÊNDICE C- TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA DA PROFESSORA “A”</b> .....	110
<b>APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA DA PROFESSORA “B”</b> .....	113
<b>APÊNDICE E - TERMO DE CONCENTIMENTO DE ENTREVISTA DA PROFESSORA “A”</b> .....	116

<b>APÊNDICE F - TERMO DE CONCENTIMENTO DE ENTREVISTA DA PROFESSORA “B”</b> .....	119
<b>APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELO ALUNO “A”</b> .....	122
<b>APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELO ALUNO “B”</b> .....	125

## 1. INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso tem marcas na educação brasileira desde a colonização até dias atuais, o ensino que causa mudanças sociais e políticas no decorrer de muitas décadas.

No período Colonial, à princípio, acreditava-se em uma escolarização no sentido de alfabetizar os índios e africanos escravizados, porém o que é possível ser analisado é a evangelização dos mesmos, uma forma de catequizá-los em cristianismo católico que tinha predominância no continente europeu e que pretendia ser abrangida no Brasil pelos portugueses que colonizaram o Brasil.

No período governado por Tomé de Souza, chegam ao Brasil seis missionários jesuítas, os que fundaram a primeira escola pública em Salvador; essa era a primeira de muitas outras que foram fundadas. A princípio, as escolas eram para os filhos de pessoas que tivessem posses. Tempos depois, as escolas foram abertas também para a alfabetização de índios e filhos de colonos.

Porém, mesmo havendo a abertura de novas escolas e abrangendo a alfabetização para índios e escravizados, o Ensino Religioso no período imperial (1822- 1889) não mudou muito seus ideais, tudo porque a Religião Católica Romana continuava sendo a religião oficial do Império e o Ensino Religioso continuou sendo instrumentalizado como aparelho ideológico, levando em consideração que a Igreja era dona de um vasto patrimônio econômico e cultural, além de trabalhar com a educação, mesmo sendo papel do Estado.

Essa situação durou até o período Republicano, no qual o Ensino da Religião Católica Romana passou por uma crise, pois surgiu um novo regime em 1889 no qual ocorre a separação do Estado e da Igreja. A partir desse momento, passa a vigorar à primeira redação da primeira Constituição da República a orientar a Educação Brasileira, à qual diz: “Será leigo o Ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino” (PCN: ER, 2004. p. 14).

Porém, é importante ser citado que no decorrer de cada período vivido na história do Brasil, o Ensino Religioso teve a criação de várias leis que foram aplicadas para corresponderem a prática educacional daquele período. Assim, faremos uma breve explanação sobre as Constituições e Leis que foram sancionadas e modificadas ao longo da história da educação brasileira, mais especificamente no Ensino Religioso, até que por fim chegássemos aos dias atuais.



No Período Colonial (1500- 1822), a educação religiosa é tratada como uma forma clara de catequizar os primeiros habitantes, pois é a religião Católica oficial do império de Portugal, identificada nas atividades de evangelização promovidas pela Companhia de Jesus e outras instituições religiosas de confissão católica. *“Finalidade – O fim especial do Professor (...) será mover os seus ouvintes ao serviço e ao amor de Deus...”* (Ratio Studiorum – Organização do Plano de Estudos da Companhia de Jesus);

No Período Imperial (1824- 1891), já é visível na Constituição Política do Império do Brasil de 1824, que fortaleceu o poder do império, na qual traz a Lei sobre a instrução pública nacional de 1827 que diz que é devem ser ensinados os princípios da moral cristã e de doutrina da Religião Católica. A presença de um artigo referente a religião, no qual diz: *“Art.5º - A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas a outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico...”*. Porém, ao sair da prática diretamente religiosa e indo para os vícios da educação, a realidade do Ensino Religioso não mudou em nada no quesito educacional, pois continuava a prática evangelizadora. No período regencial vem a Constituição de 1834, o Ensino Religioso, nesse período foi sancionado o Decreto de nº 19.941, que reintroduziu a disciplina nas escolas públicas de caráter facultativo. Também nesse período houve o sancionamento do Decreto de nº 7.247 de 19 de abril de 1879, o qual trata da reforma do ensino primário e secundário.

No Período Republicano (1889- até a atualidade), com a inspiração nos moldes positivistas, o Estado passa a ser laico, com a separação entre Igreja e Estado<sup>1</sup>, mas ministrado por leigos. E para isto, a Constituição da Republica dos

---

<sup>1</sup> Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas. Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto. Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico. Art. 4º Fica extincto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas. Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade juridica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o dominio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto. Art. 6º O Governo Federal continúa a prover á congrua, sustentação dos actuaes serventuarios do culto catholico e subvencionará por anno as cadeiras dos seminarios; ficando livre a cada Estado o arbitrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do

Estados do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, traz no “Art. 72 § 6º... *será leigo o ensino ministrado no estabelecimentos públicos*”. Com tal artigo, já é notório que a prática de ensino propõe ser mudada nas salas de aulas no que se diz respeito ao Ensino Religioso.

Posteriormente com o governo constitucional, vem a Constituição de 1934, na qual trás no Art. 153 que: “*O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.*” (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934). E para finalizar a 1ª República, tem o governo conhecido como Estado Novo, um período conhecimento pelo governo ditatorial, e que aborda a Constituição de 1937, que Segundo Da Silva (2010), a mesma atende a interesses de grupos políticos desejosos de um governo forte que beneficiasse os dominantes e mais alguns, que consolidasse o domínio daqueles que se punham ao lado de Vargas. A principal característica dessa constituição era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do executivo.

Em 1945 houve a primeira redemocratização do Brasil, período ainda governado por Vargas, foi o marco do fim do estado novo. Foi um período que também trouxe grandes mudanças para o país, uma das que pode ser citada, foi a outorgação da Constituição de 1946, que de caráter democrático, reafirmou as liberdades da Constituição de 1934.

O Período Militar (1964- 1985) veio a aprovação da primeira Lei das Diretrizes Curriculares de 1961, à qual refere-se ao Ensino Religioso como facultativo nas escolas públicas que foi um dos pontos de maior disputa para a aprovação da lei. O que diferiu foi a questão que envolve os professores da disciplina, que eram membros da Igreja e que tinham a formação cristã para exercer tal função. Já a Constituição de 1967 acabou por reunir todos os decretos do regime militar iniciado em 1964. E em 1969 é tido que foi feita a reinterpretção da constituição de 1967.

Segundo Caetano (S/D), em 1971 o marco foi referente a educação brasileira, teve uma nova LDB, na qual o ensino passa a ser obrigatório dos sete aos quatorze anos de idade. Além da Lei nº 5692/71 que prevê um currículo comum para o

---

disposto nos artigos antecedentes. Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario. (Sala das sessões do Governo Provisório, 7 de janeiro de 1890, 2º da Republica).

primeiro e segundo grau e uma parte diversificada em função das diferenças regionais.

Outra modificação a cerca da educação foi a criação de um projeto de lei para a nova versão da LDB, que foi aprovada em 1996 e está em vigor até os dias atuais. No ano seguinte, o artigo 33 da lei 9.475 estabelece o Ensino Religioso como parte integrante da formação básica do cidadão brasileiro. Embora, ainda de matrícula facultativa, este se constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. E, além disso, passou a ser assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do país, sendo vedadas, assim, qualquer forma de proselitismo.

A defesa de uma escola laica deve-se ao fato do desejo que preconceitos existentes na sociedade sejam quebrados, de tal forma que a disciplina de Ensino Religioso se amplifique a apresentar as diversidade religiosa existente em nosso país. Quadro específico dentro das nossas salas de aulas, que hoje têm alunos de diversas religiões e que na maioria das vezes, são discriminados por serem praticantes de tais credos. Sobre isso, vejamos:

No que se refere à composição populacional, as regiões brasileiras apresentam diferenças entre si; cada região é marcada por características culturais próprias, assim como pela convivência interna de grupos diferenciados. Essa diversidade etnocultural freqüentemente é alvo de preconceito e discriminação, atingindo a escola e reproduzindo-se em seu interior (BRASIL/PCN, p.68 – 69).

Tal diversidade está presente nas religiões e cada dia que se passa encontramos cada vez mais essa diversidade nas escolas. Então porque não trabalhá-las nas salas de aulas ou, mais especificamente, nas aulas de Ensino Religioso? Pois, com professores disseminando tal prática, existe a probabilidade de haver uma quebra do preconceito vivenciado pelas religiões.

Muitos professores, seja por falta de tempo ou não, acabam se acomodando em suas práticas em sala de aula. O que deixa a desejar nos conteúdos abordados em suas práticas, na carência de informações, no baixo aprendizado dos alunos, entre outros aspectos que são necessárias para um bom ensino- aprendizagem. E além de existir certas carências em disciplinas, a exemplo de Matemática, Português, História, Ciências, etc., na de Ensino Religioso, geralmente, à um maior agravante que é a falta de material didático para professores e para alunos.

Ou seja, para “facilitar” o ensino- aprendizagem e atendermos as propostas apresentadas no Projeto Político Pedagógico, o professor deve buscar novas fontes de pesquisa para tentar suprir a carência que existe no material didático. Segundo Silva (2010, p. 15):

[...] Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade. É sobre essa questão, pois, que se concentram também as teorias do currículo.

Então, diante dessa fala de Silva, cabe fazer alguns questionamentos. Uma vez que o currículo fala muito sobre a sociedade à qual ele pertence e sendo uma questão de identidade, por que no Ensino Religioso tido nas escolas se prioriza determinada religião em detrimento das demais? Por que o foco não é na diversidade religiosas? Questões que consideramos pertinentes para a pesquisa, uma vez que a busca será para entender como vem sendo o processo de ensino da disciplina, se existe uma contextualização do conteúdo e se na prática os professores estão buscando ou tendo a disponibilidade de materiais didáticos para trabalhar com a complexidade que é a diversidade religiosa e suas crenças.

A dificuldade de encontrar materiais didáticos de tal disciplina é enorme se comparada às demais, porém existem meios de encontrar materiais diversificados para o aprimoramento de tais práticas. Porém, não podemos “culpar” apenas a falta de materiais, temos que observar que tais práticas são evitadas pelos próprios professores, que usufruem de sua religião para lecionar nas salas de aulas, podendo inclusive causar constrangimentos a alguns alunos.

Ainda sobre isso,

A Lei Federal nº 9.394/96, em seu artigo 27, inciso I, também destaca que os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. (BRASIL/PCN, p. 65).

Não há como exercermos tais práticas se de algum modo continuamos a praticá-las na mesmice de sempre, de passarmos ensinamentos preconceituosos sobre temáticas que precisam ser trabalhadas dentro das salas de aulas para que

possamos mudar a realidade social. Todos os professores são, de certa forma, responsáveis pela construção de uma sociedade livre de preconceitos. E cabe a eles terem metodologias que auxiliem as crianças e adolescentes a terem uma visão mais ampla da diversidade cultural religiosa presente em nossa sociedade.

Além de buscar sempre o desprendimento da religião a qual o educador é praticante e ir em busca de maiores esclarecimentos de como se trabalhar em sala de aula um disciplina que tão pouco tem sobre teorias de como devem ser trabalhadas, pois no período de pesquisa, pude perceber que em alguns momentos as professoras tem sim a preocupação de ir além sobre a diversidade religiosa, porém, a despreparo acadêmica acaba que influenciando a um baixo rendimento ao se tratar do assunto e elas acabam que adentrando de forma incorreta no modo de lecionar.

## 2. ENTRELAÇANDO OS FIOS HISTÓRICOS DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

O Ensino Religioso tem marcas na educação brasileira desde a colonização até dias atuais. Ensino esse que teve, suas modificações decorrentes das mudanças políticas e sociais no decorrer de muitas décadas e, que traz grandes questionamentos relacionados à sua forma de educar.

Desde a chegada dos primeiros portugueses que há marcas da educação religiosa no Brasil. A começar pelo período colonial, que visava a evangelização dos índios, passando pelo período imperial, que continuava com o mesmo intuito, chegando ao período republicano, que pretendia cultivar o nacionalismo entre os brasileiros. Em cada um desses momentos a educação brasileira passou por significativas mudanças, mudanças essas que tiveram ressonâncias diretas sobre o Ensino Religioso. É sobre tais transformações que voltamos o nosso olhar ao longo das linhas que tecem esse capítulo.

### 2.1 O ENSINO RELIGIOSO NA COLÔNIA (1500-1822)

Antes e durante o período colonial já havia uma proposta de educação por parte dos povos nativos. Porém, não se sabe ao certo sobre como se dava esse processo educacional por não haver registros documentados sobre tais práticas, pois os registros que se têm referendam que o mesmo era feito de forma direta na vida cotidiana dos aldeamentos, onde os ensinamentos se davam pela força da tradição, na ação e no exemplo passado pelos aldeões mais velhos, prática essa que preparava os índios mais novos para sua sobrevivência no mundo.

Segundo Saviani (2006), no período governado por Tomé de Souza<sup>2</sup> (1549-1555) chegou ao Brasil seis missionários jesuítas que fundaram a primeira escola pública em Salvador (Colégio da Companhia de Jesus), a qual seguiram outras. Os primeiros pontos de educação focados pelos jesuítas foram as aldeias, nas quais objetivavam a aprendizagem dos indígenas. Algum tempo depois todas as escolas

---

<sup>2</sup> Militar e político português, Tomé de Souza foi o primeiro governador-geral do Brasil.

jesuítas foram regulamentadas por um documento escrito por Inácio de Loiola<sup>3</sup>, chamado de *Ratio Studiorum*<sup>4</sup>.

Inicialmente, as salas de aulas das escolas jesuítas funcionavam de acordo com o posto no plano de estudos, onde os alunos iniciavam com a aprendizagem do português e da doutrina cristã; posteriormente, eram encaminhados às escolas de ler e escrever; e por fim, passavam para a escola de formação profissional e agrícola, onde aprendiam a língua latina.

Algo que se faz importante destacar é que os jesuítas trabalharam em duas frentes. De um lado, as escolas e colégios serviam para atender os órfãos portugueses e os filhos da elite colonial. Esses, depois de concluírem a formação oferecida no Brasil, eram encaminhados à metrópole para concluir seus estudos. De outro lado, estavam as missões, que serviam para “proteger” os índios dos bandeirantes que queriam escravizá-los e para educá-los e catequizá-los.

O objetivo dos jesuítas nos aldeamentos indígenas era o de criar uma sociedade de acordo com os ideais cristãos e iluministas. Já voltando para questões educacionais, as intenções eram as de conversão dos índios.

Assim, os métodos de ensino-aprendizagem utilizados pelos jesuítas para com os índios eram com o intuito de cristianizá-los. Para isso, além da prática educacional que se faz referência a ler, escrever e contar, os jesuítas também faziam uso da música para cativar os índios e para que as crianças desenvolvessem suas aprendizagens com os seus familiares disseminando a prática cristã. Outros meios de catequizações utilizados foram: o teatro, como forma de promover a educação e a evangelização; e a dança, onde os jesuítas marcavam datas no calendário cristão e convidavam os índios à dançar. Desse modo, pouco a pouco os rituais cristãos foram sendo introduzidos no convívio das aldeias, sem que os índios assim percebessem.

Segundo Costa (S/D), a educação nesse período deveria ser, além de gratuita, laica e para todos. Porém, nesse momento o Ensino Religioso era e é até

---

<sup>3</sup> Inácio de Loyola (1491-1566) nasceu em Azpéitia, Espanha. De família fidalga, acabou por seguir a carreira militar, convertendo-se à vida religiosa somente após ser ferido em 1521, no cerco de Pamplona pelas tropas francesas. Estudou humanidades nas Universidades de Alcalá e Salamanca, Espanha, e teologia na Universidade de Paris. Em Roma, fundou a Companhia de Jesus, que o Papa Paulo III aprovou em 1540.

<sup>4</sup> De acordo com Lombardi (2006), Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuítas. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica, ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuítas.

os dias atuais, ligado ao pensamento ideológico do Estado e nesse processo, portanto, tinha-se um modelo de educação pensado como ideal da classe dominante, com seus interesses e valores.

Saviani (2010) diz que no período colonial acreditava-se em uma escolarização no sentido de alfabetizar os índios e escravos, ideia essa traçada pelos portugueses que colonizavam o Brasil. Porém, o que é possível ser percebido é a evangelização dos mesmos, uma forma de catequizá-los dentro de uma religião que tinha predominância no continente europeu e que pretendia ser expandida ao Brasil. Mesmo havendo a abertura de novas escolas que pretendiam abranger a alfabetização de índios e escravizados, o Ensino Religioso no período imperial não mudou muito seus ideais. No império, o catolicismo se tornou a religião oficial do Brasil, quando a Igreja passou a “servir” de instrumento ideológico para o estado brasileiro.

## 2.2 O ENSINO RELIGIOSO NO IMPÉRIO (1822–1889)

O período imperial ocorreu entre 1822, com a independência do Brasil, e 1889, com a proclamação da República. Nesse período houve muitas mudanças políticas e sociais. Por seu turno, a educação brasileira passou a ser de responsabilidade do Estado e, assim, o Ensino Religioso sobreveio como aparelho privado de hegemonia. O debate político que se antecipou a elaboração da primeira Constituição brasileira deixava claro essa aproximação entre política e religião, como se pode notar no que segue:

Em 1º de Setembro de 1823, foi apresentada a Assembléia, pela Comissão Constituinte, o projeto de Constituição que, previa a difusão da instrução pública de todos os níveis, em seu artigos dizia que para os brancos ou supostamente brancos haveria educação escolar formal, para os índios, haveria catequese e civilização e, para os negros, emancipados lentamente, haveria educação religiosa e industrial. No entanto, o projeto de Constituição foi anulado, perdendo-se igualmente esses e outros artigos importantes sobre instrução pública. (SOUSA (S/D) *apud* PERES, 2005).

No período pós-independência (1822) o Ensino Religioso continuou sob a proteção de Portugal e, com a primeira Constituição (1824), o ensino da religião católica passa a ser parte obrigatória no currículo e programas de ensino. Ou seja, mesmo havendo a abertura de novas escolas que pretendiam alfabetizar índios e



escravizados, o Ensino Religioso no período imperial não mudou muito seus ideais, tudo porque a religião Católica Romana continuava sendo a religião hegemônica do Império de Portugal, do qual o Brasil fazia parte.

Pode se dizer que o período imperial do Brasil foi dividido por três momentos. O primeiro foi o iniciado com a aclamação da independência por D. Pedro I, tornando-se ele o primeiro imperador do Brasil. Durante seu governo, mais especificamente em 1824, foi criado o Conselho do Estado e também foi outorgada a primeira Constituição Brasileira. Porém, segundo Caetano (2007), a mesma não garantia direitos cívicos e políticos aos índios e negros e confirmava e legitimava o poder da Igreja Católica.

Em se tratando do Ensino Religioso, já era visível na Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, a presença de um artigo referente a religião, no qual diz: *“Art. 5º - A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico (...)”*. Porém, ao sair do que estabeleceu a lei e indo para o viés da prática do Ensino Religioso, nota-se que o mesmo não mudou em nada, pois continuava com a sua prática evangelizadora. Além disso, ainda de acordo com Caetano (2007), em 1827, uma lei educacional<sup>5</sup> foi vinculada a primeira referência sobre a disciplina citada no âmbito da educação brasileira.

O segundo momento do império brasileiro ficou conhecido como período regencial (1831- 1840), quando então D. Pedro I abdicou do trono e voltou para Portugal, e os regentes assumiram o governo brasileiro em razão da menoridade de D. Pedro II.

Já o terceiro momento do império brasileiro se deu quando Pedro II governou o país (1840- 1889), tendo ao longo da sua vida exatos 58 anos de mandato, os quais foram marcados por mudanças como fraudes, guerras (Guerra dos Farrapos, Guerra do Paraguai e Revolução Praieira) e questões abolicionistas.

Para Sousa (S/D), o governo de D. Pedro II foi aliado ao partido liberal. A economia naquele momento estava passando por bons momentos pelo aumento no

---

<sup>5</sup> Art. 6. A lei determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras que fossem necessárias. O número delas e sua situação seriam indicados pelos presidentes em conselho, obtidas as câmaras municipais respectivas. Nela os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, [...] e **os princípios de moral cristã e da doutrina religião catholica e apostólica romana**, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil [...] (IMPERIO DO BRASIL, Documentos complementares do Império do Brasil, 15 de outubro de 1827). (Grifos nossos).

mercado externo com o café. Com a melhoria econômica, houve o desenvolvimento dos centros urbanos e nos primeiros passos que a economia industrial trilhou. O regime imperial entrou em declínio com o desenrolar de várias transformações, porém o golpe marcante aconteceu em 1888, quando a princesa Isabel autorizou a libertação de todos os escravizados.

A educação brasileira nesse período teve algumas experiências como, por exemplo, o Método Lancaster<sup>6</sup>, que teve início experimental desde o I reinado. De acordo com esse método, um aluno treinado ensinava a 10 (dez) outros alunos de acordo com sua preparação para tal nível de ensino. As aulas aconteciam com vigência de um inspetor. Por fim, o método não teve êxito no seu desenvolver devido à ausência de prédios adequados, materiais didáticos e professores capacitados, chegando assim ao seu término em 1838.

Nesse período houve críticas à educação brasileira por parte do ministro Paulino José Soares de Souza<sup>7</sup>, o qual se posicionou sobre da educação de modo geral, assim como também a respeito da educação religiosa. Paulino descreveu a educação brasileira como precária, com a ausência de prédios e professores, pouca qualificação profissional, etc. Ao mesmo tempo, o ministro também demonstrou seu ponto de vista ao que se refere a educação religiosa, quando diz que

A parte capital da educação pública deve ser o ensino da doutrina da igreja em cujo seio vivemos. Quanto mais viva brilhar no coração do povo a chama da fé religiosa, mais segura será sua modalidade, maior respeito às leis, menos a necessidade de repressão. (SOUZA (S/D) *apud* BRASIL, 1870).

De acordo com o autor citado, percebemos que durante o império brasileiro a educação já passava por problemas no que se diz respeito à estrutura e qualificação de profissionais. Ao mesmo tempo, fica também visível o destaque que é dado à educação religiosa com preceitos do catolicismo pelos que faziam parte do Estado e a influência que a Igreja tinha sobre a educação, mesmo sendo obrigação do Estado tratar desse campo.

Em 19 de abril de 1879, com a criação do decreto nº 7.247, que reformou o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império,

---

<sup>6</sup> O método Lancaster, também conhecido como Ensino Mútuo ou Monitorial, teve como objetivo ensinar um maior número de alunos, usando pouco recurso, em pouco tempo e com qualidade.

<sup>7</sup> Foi um político que no decorrer de sua vida política ocupou vários cargos associado ao Partido Conservador. Foi ministro das Relações Exteriores do Brasil de 1843 a 1844 e de 1849 a 1853.

ocorreu a dispensa dos alunos acatólicos de frequentarem as aulas de instrução religiosa que por isso deveriam efetuar-se em dias determinados da semana e sempre antes ou depois das horas destinadas ao ensino das outras disciplinas<sup>8</sup>.

A partir de uma minuciosa análise sobre o decreto acima mencionado, Rui Barbosa, enquanto deputado e defensor da educação pública e de qualidade, redigiu dois *pareceres* em 13 de abril 1882, o primeiro tratava da reforma do ensino secundário e superior, e o segundo sobre o ensino primário.<sup>9</sup> Peres (2005) diz que ambos os *pareceres*, ao considerarem o ensino secundário e superior desgastados e atrasados, também dão ênfase a responsabilidade do Estado com a instrução pública, que deveria ser obrigatória e laica.

De Ângelo (2008) observa que esse quadro geral de distanciamento entre educação e ensino religioso em fins do segundo reinado se deveu ao enfrentamento entre a Igreja Católica e a Maçonaria na década de 1870, que acabou se tornando uma grave questão de Estado<sup>10</sup>. A *questão religiosa*, como ficou conhecida, terminou por desgastar de maneira considerável a antiga relação entre a monarquia brasileira e a Igreja Católica. Sobre isso, o autor citado diz:

A bula papal "Syllabus" (1864) e o Concílio Vaticano I (1869-1870) consagraram a doutrina do ultramontanismo, defendida pelo papa Pio XIX. Em linhas gerais, essa doutrina postulava a infalibilidade do papa e

---

<sup>8</sup> O ensino nas escolas primarias do 1º grau do município da Corte constou das seguintes disciplinas: Instrução moral; Instrução religiosa; Leitura; Escripita; Noções de cousas; Noções essenciaes de Grammatica; Principios elementares de Arithmetica; Systema legal de pesos e medidas; Noções de História e Geographia do Brazil; Elementos de desenho linear; Rudimentos de musica, com exercicio de solfejo e canto; Gymnastica; Costura simples (para as meninas). Já o ensino nas escolas do 2º grau constou da continuação e desenvolvimento das disciplinas ensinadas nas do 1º gráo e mais das seguintes: Principios elementares de algebra e geometria; Noções de physica, chimica e historia natural, com explicação de suas principaes applicações á industria e aos usos da vida; Noções geraes dos deveres do homem e do cidadão, com explicação succinta da organização politica do Imperio; Noções de lavoura e horticultura; Noções de economia social (para os meninos); Noções de economia domestica (para as meninas); Pratica manual de officios (para os meninos); Trabalhos de agulha (para as meninas). Além da ampliação de escolas e cursos, o decreto também visava melhorias de infraestrutura, preparação de profissionais, etc. Porém, poucas normas trazidas no decreto foram executadas.

<sup>9</sup> Rui Barbosa (1849-1923) foi um marcante intelectual da história da nação brasileira, lutou, entre muitas das questões que defendia, em prol da instrução popular. Ele sempre esteve presente nos mais diferentes "campos de luta" e, durante o Brasil Imperial até sua transição como República, não foram poucas as questões que ele defendeu, entre elas: a luta pela libertação dos escravos, a Reforma eleitoral, a Constituição Republicana, assim como a fervorosa defesa a favor da modernização do país.

<sup>10</sup> Suas causas podem ser traçadas nas divergências irreconciliáveis entre ultramontanismo (doutrina dos que são favoráveis à autoridade absoluta do papa em matéria de fé e disciplina), o liberalismo e o regime do padroado (poder delegado pela Santa Sé aos monarcas católicos de administrarem a Igreja Católica em seus domínios). A questão evoluiu centrada na atuação de dois bispos, Dom Vital e Dom Macedo Costa, ardentes defensores do catolicismo ultramontano.

combatia as ideias e instituições que defendiam a secularização e o anticlericalismo. Esse era o caso, por exemplo, da Maçonaria. Contudo, no caso brasileiro, havia inúmeros clérigos maçons (DE ANGELO, 2008).

A partir de então a relação Império e Igreja começou a se abalar, pois se deve levar em consideração que inclusive o imperador D. Pedro II era maçom, o que agravava ainda mais a relação. A Igreja Católica atacava os clérigos maçons, no intuito de garantir sua soberania na sociedade. Assim, ameaças aos religiosos ligados à Maçonaria de não poderem continuar participando das atividades religiosas e de perderem o direito à sepultura eclesiástica e à absolvição sacramental foram frequentes durante um longo período.

A amenização desse conflito ocorreu apenas em 1875, quando o papa Pio IX e D. Pedro II chegaram a um consenso, no qual “*Este concedeu anistia aos bispos presos. O papa, por sua vez, suspendeu as punições contra as irmandades do Pará e de Olinda. Igreja e Estado se mantinham, assim, juntos novamente, numa relação que não resistiria mais do que alguns anos*”. (DE ANGELO, 2008, p. 3).

O Decreto de 1879 e os *pareceres* produzidos por Rui Barbosa são sintomáticos do início do desligamento entre o Estado e a religião católica, sobretudo no que diz respeito à educação, uma vez que procuravam garantir o direito de escolha para aqueles que eram praticantes de outras religiões de assistirem ou não as aulas de Ensino Religioso.

### 2.3 O ENSINO RELIGIOSO NA REPÚBLICA (1889 - ATUAL)

Pode-se considerar que a República brasileira é historicamente dividida em algumas fases. Uma dessas foi a Primeira República, que vai de 1889 até 1930. Fase essa marcada por alianças e confrontos e alianças entre as oligarquias rurais e os militares das Forças Armadas.

Após o fim do Império (1889), os militares assumiram o poder tendo como presidente interino o Marechal Deodoro da Fonseca<sup>11</sup> até o ano de 1891, quando

---

<sup>11</sup> Militar e primeiro presidente do Brasil, foi quem decretou a proclamação da República brasileira, resultando, assim, na quebra do Império. Seu mandato chegou ao fim em 1891.

este renunciou e seu vice, Marechal Floriano Peixoto<sup>12</sup>, assumiu o cargo até 1894, encerrando o período da República da Espada.

A situação advinda do período colonial e imperial durou até 1890, um ano após o início do período Republicano, quando então o Decreto Nº 119-A, de 7 de janeiro, proibiu a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagrou a plena liberdade de cultos, extinguiu o padroado e estabeleceu outras providências. Conforme Pinto, a adoção do presidencialismo e do federalismo como forma organizativa do Estado foram as principais características do novo regime político, que, por sua vez, foram responsáveis pela separação entre o Estado e a Igreja Católica, propondo a liberdade religiosa e a diversidade de cultos religiosos. Nesse sentido, o Decreto acima mencionado diz que:

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, **estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.**

Art. 2º **A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos**, que interessem o exercicio deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão **tambem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados**; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.

Art. 4º Fica extincto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas.

Art. 5º **A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade juridica**, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o dominio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continúa a prover á congrua, sustentação dos actuaes serventuarios do culto catholico e subvencionará por anno as cadeiras dos seminarios; ficando livre a cada Estado o arbitrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario. (SALA DAS SESSÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO, 7 DE JANEIRO DE 1890, 2º DA REPUBLICA). (Grifos nossos).

---

<sup>12</sup> Foi um político militar que ocupou o cargo de presidente do Brasil entre 1891 e 1894, com uma política autoritarista.

Como dito, esse Decreto oficializou a separação entre Estado e Igreja. Deixando evidente que esse distanciamento também se daria ao proclamar um ensino laico a ser ministrado nos estabelecimentos públicos, restringindo o Ensino Religioso apenas para escolas privadas. Por seu turno, os representantes da Igreja viram a retirada do Ensino Religioso das escolas públicas como um preconceito ao catolicismo. Já os grupos que apoiavam o regime republicano viam a disciplina em pauta como um instrumento que atendia os interesses da Igreja Católica.

De acordo com N. Filho (2008), a separação entre Igreja e Estado acarretou novas mudanças e uma reestruturação que abordou os critérios da laicidade no intuito de neutralizar e desvincular a religiosidade das escolas, pensando, dessa maneira, em uma formação de cidadãos. Sobre isto, a primeira Constituição da República dos Estados do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, ratificou o Decreto Nº 119-A em seu Artigo 72 § 6º: “(...) *será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos*”. Essa redação deixa claro que o ensino religioso nas salas de aulas das escolas mantidas pelo governo deveria ser promovido sem o intuito de catequizar a sociedade.

Em 1930 deu-se início a “Era Vargas”. Getúlio Vargas governou o Brasil por quinze anos consecutivos, cujos mandatos foram marcados por alterações políticas, econômicas e sociais, com destaque para a reaproximação levada a cabo entre Igreja e Estado. Levando em consideração essa dinâmica, a “Era Vargas” pode ser dividida em três momentos distintos que marcaram a história brasileira.

O primeiro tempo foi o do Governo Provisório (1930-1934), demarcado a partir do momento em que Getúlio assumiu o poder por meio do golpe da chamada “Revolução de 1930”<sup>13</sup> até 1934, tempo o qual o novo presidente anulou a Constituição de 1891. Esse foi o período dos interventores estaduais, da mecanização no campo, dos institutos agrícolas e da reestruturação da política de valorização do café, bem como do início da industrialização, seguida de leis trabalhistas. No que diz respeito à cultura, vários decretos efetivaram a legislação educacional conhecida como Reforma Francisco Campos de 1931. Por meio do Decreto Nº 19.941 de 30 de abril deste ano, por exemplo, se reintroduziu o ensino

---

<sup>13</sup> Movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba que culminou com o golpe de Estado que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes. Significou o fim da hegemonia paulista no poder e, portanto, da chamada República Velha.

religioso de caráter facultativo nas escolas públicas. Sobre o teor desse documento, vejamos:

Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião.

Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.

Art. 3º Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo.

Art. 4º A organização dos programas do ensino religioso e a escolha dos livros de texto ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito, serão transmitidas às autoridades escolares interessadas.

Art. 5º A inspeção e vigilância do ensino religioso pertencem ao Estado, no que respeita a disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e à moral dos professores.

Art. 6º Os professores de instrução religiosa serão designados pelas autoridades do culto a que se referir o ensino ministrado.

Art. 7º Os horários escolares deverão ser organizados de modo que permitam os alunos o cumprimento exato de seus deveres religiosos.

Art. 8º A instrução religiosa deverá ser ministrada de maneira a não prejudicar o horário das aulas das demais matérias do curso.

Art. 9º Não é permitido aos professores de outras disciplinas impugnar os ensinamentos religiosos ou, de qualquer outro modo, ofender os direitos de consciência dos alunos que lhes são confiados.

Art. 10. Qualquer dúvida que possa surgir a respeito da interpretação deste decreto deverá ser resolvida de comum acordo entre as autoridades civís e religiosas, a fim de dar à consciência da família todas as garantias de autenticidade e segurança do ensino religioso ministrado nas escolas oficiais.

Art. 11. O Governo poderá, por simples aviso do Ministério da Educação e Saude Pública, suspender o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de instrução quando assim o exigirem os interesses da ordem pública e a disciplina escolar. (GETULIO VARGAS, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1931).

Em resposta, foi lançada a Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, composta por representantes de todas as religiões, além de intelectuais como Roldão Lopes de Barros, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. Estes lançaram o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, consolidando a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Esse documento, além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Como era de se esperar, esse movimento reformador foi alvo

da crítica forte e continuada da Igreja Católica, que naquela conjuntura era forte concorrente do Estado na expectativa de educar a população e tinha sob seu controle a propriedade e a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada.

Da Silva (2010) observa que em decorrência da insatisfação dos paulistas, alijados do poder com a “Revolução de 1930” e governados por militares a serviço de Vargas, ocorreu a Revolução Constitucionalista de 1932, cujo propósito foi o de reivindicar uma nova Constituição e, por conseguinte, a derrubada de Getúlio da presidência. Apesar de derrotado, esse movimento paulista é considerado como responsável pelo direcionamento do Governo Provisório à democracia, cujo ponto máximo foi o da elaboração da nova Constituição, em 16 de julho de 1934, que permitiu significativos avanços, como o voto secreto, o voto feminino e a obrigatoriedade do ensino primário. Getúlio também usou a nova Constituição para se reeleger na presidência, pois, segundo esse documento, o próximo presidente seria eleito em votação indireta pela Assembleia Constituinte. Estratagem que o fez sair vitorioso e que foi o marco de seu segundo tempo no poder, o do Governo Constitucional (1934-1937).

Os constituintes elaboradores dessa carta constitucional cuidaram em endossar a postura de reaproximação entre o governo Vargas e a Igreja Católica, conforme notamos em sua redação:

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte:  
Art 153 - O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, DE 16 DE JULHO DE 1934).

Assim, a Constituição de 1934 selou a união entre Igreja e Estado e reintroduziu o Ensino Religioso, em caráter facultativo e multiconfessional.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas desfechou um golpe de Estado e implantou o terceiro momento da “Era Vargas”, um sistema político de caráter ditatorial, o Estado Novo (1937-1945). De acordo com Da Silva (2010), na mesma data em que foi iniciado o novo regime também foi outorgada a nova Constituição



(1937), a primeira de caráter autoritário que o Brasil republicano teve, atendendo a interesses de grupos políticos desejosos de um governo forte e que beneficiasse as elites dominantes e consolidasse o domínio daqueles que se punham ao lado de Vargas. Portanto, a principal característica dessa constituição era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo<sup>14</sup>.

No que diz respeito à educação, a nova Constituição atribuiu à União a competência para “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes para a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”, preterindo a educação pública, que passou a exigir uma “contribuição mensal” para a caixa escolar por parte daqueles que não “puderem alegar escassez de recursos” (Art. 130). Quanto ao Ensino Religioso, embora mantido na Constituição, não mais se assegurava sua oferta como disciplina obrigatória nos currículos escolares. O Art. 133 estabelecia: “o Ensino Religioso ‘poderá ser contemplado’ como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos”.

Nota-se que a não obrigatoriedade do Ensino Religioso nos currículos da educação pública procurava garantir o direito individual de liberdade de credo ao manter um caráter facultativo para os estudantes não católicos. Contudo, a interferência da Igreja Católica na educação do Estado Novo não demorou a se fazer presente. A versão final da Lei Orgânica do Ensino Secundário, veiculada através do Decreto 4.244, de 9 de abril de 1942, por exemplo, trouxe a seguinte redação:

Art. 21. O ensino de religião constitui parte integrante da educação adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo.

Parágrafo único. Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica (GETÚLIO VARGAS, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1942).

---

<sup>14</sup> A Constituição 1937 é também conhecida como Polaca por dois motivos: por ter sido baseada na Constituição autoritária da Polônia e porque, na época, chegavam em grande número ao Brasil, fixando-se em São Paulo, buscando refugiar-se das más condições econômicas e perseguições, mulheres polonesas, muitas vezes de origem judaica, das quais algumas, para sobreviverem e sustentarem seus filhos, viram-se forçadas à prostituição, por causa dessas prostitutas polacas, para os paulistas, apelidar a constituição de 1937 de Polaca tinha uma conotação especialmente pejorativa.

Tratava-se de uma das várias Leis Orgânicas da reforma do sistema educacional brasileiro de 1942, chamada de Reforma Capanema por ter se dado sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico do Estado Novo. De todas as áreas do plano educacional, a educação secundária foi aquela em que o ministério Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura.

Em 1945 houve a “redemocratização” do Brasil, momento final do Estado Novo varguista. Foi um período marcado por significativas mudanças para o país, dentre as quais a que possibilitou a outorgação de uma nova Constituição (1946), que, diferentemente da anterior, procurou reafirmar o caráter democrático da Constituição de 1934. Assim, restaurado o regime democrático, a nação recebeu uma nova Carta Magna, caracterizada pelo espírito liberal e democrático, reforçando no campo da educação as posições dos educadores liberais, sem preterir os princípios ligados à ideologia católica. Essa Constituição estabeleceu um novo tipo de relação entre Estado e Igreja através da seguinte redação:

Artigo 31 - A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:  
II - Estabelecer ou subvencionar cultos religiosos, ou embaraçar-lhes o exercício;  
III - Ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja, sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo.  
(CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1946).

No que diz respeito ao Ensino Religioso, ele foi mantido como obrigatório para os estabelecimentos públicos, sendo ministrado, segundo a confissão religiosa dos alunos, assegurando a liberdade religiosa conforme descrito no Artigo 168, Parágrafo 5º: “O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, e de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo representante legal ou responsável”.

Nos anos 1950, o conflito entre as ideologias católica e liberal se exaltaram devido aos debates sobre a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A favor do ensino privatizado, os empresários das escolas particulares utilizaram-se da Igreja Católica, que lhes forneceu os velhos argumentos centrados

na “liberdade de ensino” e no “direito da família na educação dos filhos”. Sobre essa questão, Severino (1986) diz que

(...) a ideologia católica, na sua especificidade doutrinária religiosa, não lhes interessava, camuflando sua real rejeição do conteúdo religioso na defesa genérica da liberdade de consciência e de culto. Religião, na sociedade como na escola, é um assunto de opções individuais. Na realidade, uma ideologia política muito mais abrangente estará por trás e mais além dessa alegada neutralidade (SEVERINO, 1986, p. 84).

A aprovação da Lei N. 4.024/1961, primeira LDB, no que se refere ao Ensino Religioso, manteve “a velha neutralidade a respeito do Ensino Religioso na escola, legitimado sempre como elemento eclesial no universo escolar” (FIQUEIREDO, 1996, p. 61); sendo homologada como Ensino Religioso Confessional, tornou-se uma catequese escolar. O seu Artigo 97 considerou o Ensino Religioso da seguinte forma:

O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

1º parágrafo – A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

2º parágrafo – O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva. (LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO, Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961).

Essa LDB manteve os princípios da Constituição Federal de 1946 a respeito do Ensino Religioso, contudo, ela promoveu tanto a preterização do professor de Ensino Religioso, devido ao fato do Estado não assumir sua remuneração, quanto a discriminação dessa disciplina, que deveria ser ministrada fora do horário escolar. Para Figueiredo (1996), esse quadro gerou vários problemas administrativo-pedagógicos em decorrência dos docentes dessa disciplina não fazerem parte da instituição, tais como: divisão das turmas em grupos diversificados, controle dos horários, falta de entrosamento com colegas e a direção, uma vez que os professores de Ensino Religioso, ficaram à parte do cotidiano escolar.

O período da ditadura civil-militar (1964-1985) foi marcado pela acirrada relação de força entre aqueles que lutavam para permanecerem no poder e os que lutavam por democratização do país. Iniciado em 1964, com o governo do Marechal

Castelo Branco<sup>15</sup>, seguiram-se anos marcados pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime em voga. Essa repressão se verificou contra várias entidades de bases populares, como, por exemplo, os sindicatos, a União Nacional dos Estudantes (UNE), os movimentos de inspiração socialista, etc.; além da severa censura às atividades culturais e aos meios de comunicação de massa.

Dois anos depois de iniciado o novo governo (1966), foi encaminhado o projeto da nova Constituição brasileira, que contemplava os objetivos do regime ditatorial. Outorgada em 1967, a nova Constituição estabeleceu em seu Artigo 176 que “A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola”. Já no que diz respeito ao Ensino Religioso, trouxe a seguinte redação: "O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio". Essa redação referente à educação e ao Ensino Religioso foi mantida quando da Emenda Constitucional número 1/1969.<sup>16</sup> A partir de então, criam-se equipes de estudo e uma sistemática para orientar as diferentes séries. Contudo, continuou sendo aula de religião. Em alguns estados passou a ter um caráter ecumênico ou mesmo interconfessional.

Relf (2014) observa que o exemplo mais emblemático da visão militar sobre o papel da educação na formação de novos sujeitos sociais, foi dado pela criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica – EMC - (1ª a 6ª série do 1º grau) e Organização Social e Política do Brasil – OSPB - (7ª e 8ª série do 1º grau, ensino médio e superior), por meio da Lei 770/68 e sua obrigatoriedade, através do Decreto-Lei nº 869/69. Os objetivos expressos do ensino de EMC e OSPB eram o de transmitir a ideologia da Segurança Nacional e a introdução dos ideais de civismo e patriotismo nos educandos.

Caetano (2007) diz que foi nesse contexto que o governo militar implantou uma série de medidas educacionais, cujo ponto máximo se deu com a elaboração e

---

<sup>15</sup> Foi um político militar que ocupou a presidência do Brasil depois do golpe militar. Sua principal proposta era barrar o avanço do comunismo no país.

<sup>16</sup> A de 17 de outubro de 1969, auge do regime militar brasileiro, a Constituição de 1967 recebeu uma nova redação através da Emenda Constitucional número 1. Tal emenda mudou substancialmente a redação da esmagadora maioria dos dispositivos da Constituição de 1967, para adequá-los às medidas de exceção que o governo vinha decretando, dando assim um ar de legalidade a todo aquele cenário de perseguição, censura e repressão promovido pelo regime, com destaque para os infames Atos Institucionais.

aprovação da Lei N. 5.692/1971, segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), segundo a qual se estabeleceu o ensino obrigatório dos sete aos quatorze anos de idade e um currículo comum para o primeiro e segundo graus, além de uma parte diversificada em função das diferenças regionais. No que diz respeito à educação e ao Ensino Religioso trouxe inovações, como segue:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969. Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.

Devido à imposição das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, sobrava no currículo pouco ou nenhum espaço para a inclusão do Ensino Religioso. À medida que os estados procuravam regulamentar a introdução do Ensino Religioso e dos outros componentes curriculares (Educação Artística, Educação Física, Educação Moral e Cívica, Programa de Saúde), surgiram dificuldades que o Conselho Federal de Educação tentou solucionar com o Parecer 540/77.

Esse documento normativo, ao tratar do Ensino Religioso, ressaltou aspectos importantes que fundamentam os objetivos dessa disciplina na escola, sua importância para a formação integral do aluno, retomou a liberdade de escolha que fica assegurada pela matrícula facultativa ao aluno, a oferta desse ensino em vários credos e atribuiu às autoridades religiosas o estabelecimento dos objetivos e conteúdos da disciplina em questão.

Existe nessa legislação uma questão contraditória, pelo fato de delegar às Igrejas a supervisão e o planejamento das atividades do Ensino Religioso, dando-lhes liberdade de atuarem, independentemente dos sistemas de ensino, apesar de ele estar integrado aos mesmos. Além disso, corria-se o risco de organizar um Ensino Religioso, sem ter uma preocupação com a formação integral dos educandos e sem abertura para o diálogo religioso.

Portanto, a partir da década de 70, a Igreja toma uma série de iniciativas relacionadas ao Ensino Religioso, como destacado por Caetano e Oliveira:

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) incluiu, entre as suas linhas de atuação, a análise, o acompanhamento, a avaliação do Ensino

Religioso nas escolas confessionais ou públicas, assessorou as secretarias estaduais e municipais de Educação na elaboração de programas curriculares para as diferentes séries escolares e promoveu vários encontros nacionais dos coordenadores estaduais. Essas ações tiveram como objetivos desenhar a identidade do Ensino Religioso, ter uma visão panorâmica do mesmo nas Escolas da Rede Oficial, refletir sobre o perfil do/a professor/a e sua formação, pensar a questão da interconfessionalidade, debater a diferença entre Ensino Religioso e Catequese, visando à educação da religiosidade do educando, à formação de sua identidade, à construção responsável do seu projeto de vida e vivência de práticas transformadoras (2007, p. 7).

Desse modo, pode-se dizer que a Igreja Católica participou do processo de regulamentação do Ensino Religioso, mediante a realização de Congressos e a formação de comissões de trabalho.

O período da redemocratização do Brasil (1985- 1997) é o qual a política volta a ter abertura no governo, é o período de recuperação das instituições democráticas abolidas pelo chamado Regime Militar em 1964. Governado por José Sarney<sup>17</sup>, esse período de redemocratização viveu várias medidas governamentais visando o fortalecimento das forças democráticas.

Oliveira (2010) diz que, como a Constituição que vigorava naquela época era o de 1967, e já não era correspondente as transformações que a sociedade tinha passado, fez-se necessário a elaboração de uma nova constituição para o país, a chamada Constituição de 1988, à qual instituiu um Estado democrático ao estabelecer extensas garantias aos cidadãos brasileiros. Neste período, a educação voltou a ser analisada sob aspecto de sua importância tanto para a escola quanto para a vida dos brasileiros de maneira geral.

Ainda sobre a Constituição de 1988 referente a educação, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cita no Art. 26:

1. Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

---

<sup>17</sup> Político brasileiro que esteve no comando do país entre os anos de 1985 a 1989, associado ao PMDB, eleito pelo voto direto.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos. (Declaração Universal dos Direitos do Homem).

E ainda na mesma Constituição diz no artigo 210, parágrafo primeiro: "O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental". O artigo 5 define: "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias". No artigo 19, consta: É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II - recusar fé aos documentos públicos; III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Também traz consigo o Ensino Religioso aconfessional e público, que só se concretizou legalmente na redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e sua respectiva correção, em 1997, pela lei 9.475 em seu Art. 33 que traz "*O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão (...) assegurado o respeito à diversidade religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.*" (LDBEN 9394/96 e Lei 9475/97).

Outra modificação acerca da educação foi a criação de um projeto de lei para a nova versão da LDB, que foi aprovada em 1996 e em vigor até os dias atuais. No ano seguinte, o artigo 33 da lei 9.475 estabelece o Ensino Religioso como parte integrante da formação básica do cidadão brasileiro. Embora ainda de matrícula facultativa, este se constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. E, além disso, passou a ser assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do país, sendo vedadas, assim, qualquer forma de proselitismo.

Até os dias atuais muitas alterações têm sido feitas no planejamento e gestão educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que consiste em manter a situação para aqueles que frequentam as escolas independentes de seu nível de ensino e em oferecer conhecimentos básicos que possam ser aproveitados pelos estudantes em suas vidas.

Apesar de todo o processo de reformas educacionais ocorrido, a educação brasileira não ganhou muito sob o aspecto da qualidade no ensino. As avaliações de todos os níveis têm o foco na aprendizagem dos estudantes. Além disso, a precarização no que diz respeito as infraestruturas, preparação de profissionais, enfim, é uma realidade atual que vem desde os primórdios da educação brasileira.

A educação brasileira tem em sua conjuntura artigos que defendem e encaminham as várias práticas de ensino, independente de qual seja a disciplina, e o Ensino Religioso não difere das outras disciplinas no que diz respeito as leis da Lei das Diretrizes Básicas (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Porém, assim como é desde o início da criação das leis até os dias atuais, não é por que existem leis que elas foram ou são cumpridas como deveriam ser. Como é o caso, por exemplo, do Art.: 33 da LDB, que diz:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável ministrada por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que responsabilizar-se-ão pela elaboração do respectivo programa.(BRASIL/ LDB).

Ao sairmos da lei do Art. 33 e irmos para a prática, a primeira discórdia vista perante a lei é que, ao efetuar a matrícula do alunado na escola, a preferência dos alunos e responsáveis é omitida com relação a disciplina e no decorrer do ano letivo a mesma é ofertada obrigatoriamente para todos, independente da sua crença religiosa. E mesmo havendo as constituições de Leis que dizem que as escolas públicas devem ser laicas, existem ainda práticas religiosas voltadas para o catolicismo em muitas escolas.

A defesa de uma escola laica deve-se ao fato do desejo que preconceitos existentes na sociedade sejam quebrados, de tal forma que a disciplina de Ensino Religioso se amplifique a apresentar a diversidade religiosa existe em nosso país, mais específico dentro das nossas salas de aulas, que hoje têm alunos de diversas religiões e que, na maioria das vezes, são discriminados por serem praticantes de religião outras que não cristãs.



O documento chamado “Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso” foi escrito em 1997, por uma equipe do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) e significou muito mais que um referencial curricular à medida em que determinou a própria constituição da identidade da disciplina escolar. Tornou-se o modelo para a disciplina na escola pública. Trata-se de um livreto de 63 páginas e contém:

1. Apresentação: Declaração dos propósitos do documento e indicação das partes do texto;
2. Elementos históricos do Ensino Religioso: Visão panorâmica do tema nos 5 séculos de colonização do Brasil. Define a concepção de área de ensino e explicita os objetivos da disciplina;
3. Critérios para a organização e seleção de conteúdos e seus pressupostos didáticos. Além disso, fornece orientação didática sugerindo formas de avaliação;
4. O Ensino Religioso nos ciclos: Elege os conteúdos sugeridos para os quatro ciclos do Ensino Fundamental. (IDEM, p. 25 e 26).

Para norteamento dos profissionais da educação brasileira, tem-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que traz em sua redação, objetivos gerais e específicos que auxiliam os professores a terem bases de como exercerem seu profissionalismo sem interferirem na prática docente no que diz respeito ao Ensino Religioso. Pois,

No que se refere à composição populacional, as regiões brasileiras apresentam diferenças entre si; cada região é marcada por características culturais próprias, assim como pela convivência interna de grupos diferenciados. Essa diversidade etnocultural freqüentemente é alvo de preconceito e discriminação, atingindo a escola e reproduzindo-se em seu interior (BRASIL/PCN, p.68 – 69).

Tal diversidade está presente nas regiões e cada dia que se passa encontramos cada vez mais a diversidade religiosa nas escolas. Então porque não trabalhá-las nas salas de aulas ou mais especificamente nas aulas de Ensino Religioso? Pois, com professores disseminando tal prática existe probabilidade de haver uma quebra do preconceito vivenciado pelas religiões.

### **3. METODOLOGIAS UTILIZADAS NA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA ILDEFONSO ANSELMO DA SILVA**

No momento de apontar as metodologias utilizadas na disciplina de Ensino Religioso do Ensino Fundamental II, passamos a identificá-las por meio de um conjunto específico de fontes analisadas, a exemplos de, TAKAHASHI e FERNANDES (2004). Foram traçar estratégias de como seria feita a análise e quais fontes de análise seriam utilizadas. Assim, traçamos os seguintes caminhos: 1- análise do Projeto Político Pedagógico; 2- análise dos planos de aulas utilizados pelo professores de Ensino Religioso; 3- observação das práticas metodológicas utilizadas em sala de aula; 4- análise das entrevistas com os professores da referida disciplina; e, por fim, 5- análise dos questionários aplicados a dois alunos, um do 6º e outro do 9º. Tais análises foram efetuadas de forma crítica, baseadas em referências teóricas que problematiza cada fonte citada acima.

Ao sairmos da teoria iremos para a pesquisa de campo, na qual poderemos analisar as diferentes contradições existentes entre teoria e prática, que será notório nos próximos passos no destrinchar deste trabalho.

#### **3.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: SUAS ABORDAGENS E SEUS SILÊNCIOS QUANTO AO ENSINO RELIGIOSO**

O Projeto Político Pedagógico (PPP)<sup>18</sup> tem sua existência com propósito de organizar o trabalho pedagógico de uma escola, visando a superação dos conflitos, buscando obrigar as relações competitivas, corporativas e autoritárias na tentativa de acabar com a rotina do mundo interno da instituição, que funciona como metas traçadas por toda comunidade escolar para serem almeçadas por todos durante o ano letivo. É importante ressaltar que o PPP está relacionado com a organização do trabalho pedagógico em três momentos, que são: 1- a organização da escola como um todo; 2- a organização da sala de aula. Sem esquecer de incluir sua relação com, 3- o contexto social.

---

<sup>18</sup> PPP é um documento instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996, no qual detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido e que define a identidade da escola indicando os caminhos para uma educação de qualidade de uma determinada escola.

O PPP deve ser construído pela escola, não apenas para se dizer que a escola possui tal documento, mais sim com a intenção de que o mesmo seja utilizado no período letivo de cada escola como um modelo de referências em atividades pedagógicas. Pois, o que se é visto em algumas escolas é que as mesmas não tem e as poucas que o têm não o aplicam durante o período letivo, ficando- o esquecido em uma gaveta. Sobre isso, notamos que o PPP é o

[...], eixo ordenador e integrador do pensar e do fazer do trabalho educativo. Ele não é uma peça documental para ser apenas guardado na secretaria da escola e manuseado pelos estagiários dos cursos de licenciatura e pedagogia. Se concebido adequadamente, o projeto político-pedagógico revela quem é a comunidade escolar, quais são seus desafios com relação à boa formação, à conquista da autonomia e da gestão democrática, capaz esta de organizar, executar e avaliar o trabalho educativo de todos os sujeitos da escola (BATISTA (2012) *apud* SILVA, 2003, p.298-299).

Após ser construído o PPP, é aconselhável que ele seja revisto a cada início de ano letivo, para que, se necessário, sejam feitas modificações, pois a realidade social está em constante transformação.

É importante ser dito, que a construção de um PPP deve ser feita pela equipe escolar (gestores, professores, representantes estudantis, funcionários diversos) e também por representantes da comunidade em que a escola está situada. Pois cada escola tem sua particularidade no contexto social e este não pode se ausentar do PPP, por se tratar do convívio que os educandos fazem parte, realidade na qual eles precisam ser preparados para viver. Segundo Silva

A construção coletiva deve considerar a história da comunidade escolar, afirmar os fundamentos políticos e filosóficos e os valores, assegurar uma boa formação e processos constantes de vivências democráticas, a capacidade os conflitos existentes nas relações interpessoais, primar pela capacidade inventiva e criativa de todos, conduzir com presteza processos de avaliação processual e revitalizar a gestão democrática com efetiva participação de todos os membros escolares e da comunidade onde a escola está geograficamente situada (BATISTA (2013) *apud* SILVA, 2003).

Mediante a essas considerações que dizem respeito ao PPP, vamos adiante à análise do PPP da escola objeto de nossa escrita. O referido PPP, teve início no ano de 2010 com término em 2011 segundo dados obtidos pelo mesmo. Segundo informações da coordenação da Escola ele não foi atualizado desde então.

Quando recebemos em mãos o referido projeto e feito a primeira leitura, identificamos que as informações são bastante resumidas e, ao aprofundarmos a

leitura, podemos perceber que a sua estrutura geral deixa muito a desejar, não se tratando de quantidade de páginas, mais sim da quantidade de informações que são necessárias em um PPP, e que neste não são abordadas. Além de ser bastante resumido, o referido projeto deixa lacunas abertas. Mas, para entendermos melhor a divisão desse projeto, seguiremos descrevendo alguns de seus aspectos abordados e fazendo os comentários que achamos ser necessários. Para isso, seguimos o mesmo percurso traçado na construção do PPP.

Inicialmente, notamos que a apresentação da capa e da equipe gestora está bem legível e de maneira organizada. A partir daí se começa a ter um maior aprofundamento quanto a sua estruturação. No que se refere ao histórico, a justificativa e ao objetivo, todos são bastante resumido. Algo que deveria ser mais exposto, como é o caso do histórico da escola, só descreve as informações mais necessárias, como, por exemplo, o ano de fundação, o endereço, entre outras informações básicas. A justificativa também é feita resumidamente, sem dar margens para um maior entendimento da pretensão da escola, em se tratar do público atendido, assim também como da sociedade como um todo. Isto é exposto, como já dito, resumidamente. O objetivo vem também de maneira resumida e não apresenta objetivos específicos.

Diante a essa observação, é notório que são deixadas lacunas na construção do PPP em análise, pois o mesmo é feito de maneira resumida, dando-se a entender que ele foi elaborado pela gestão da escola apenas com intuito de garantir a existência do referido documento.

Para Silva, o PPP

É um documento teórico-prático que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre os dois pólos, [teoria e prática] elaborado coletivamente pelos sujeitos da escola e que aglutina os fundamentos políticos e filosóficos em que a comunidade acredita e os quais deseja praticar; que define os valores humanitários, princípios e comportamentos que a espécie humana concebe como adequados para a convivência humana; que sinaliza os indicadores de uma boa formação e que qualifica as funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola (BATISTA (2012) *apud* SILVA, 2003).

Em todas as partes do PPP da escola, objeto de análise citadas anteriormente não há referência ao meio social vivenciado pelo público que a escola atende, assim como também não está exposto em nenhum momento a participação da comunidade em que a escola é localizada na elaboração do projeto.

Seguindo a análise, notamos que o PPP apresenta as modalidades de ensino atendidas e também os programas educacionais aplicados na escola. Em se tratando destes quesitos constatamos que os mesmos são bem compreensíveis. Também traz exposto o objetivo de cada modalidade, porém de maneira bastante resumida. Nos objetivos abordados nas modalidades, existe a presença de algumas citações as quais não apresentam referências bibliográficas. Assim sendo, deixa a desejar no que se refere à organização dos mesmos, sendo que não basta apenas ter a presença de citações, mas é de suma importância a presença das referências para maior aprofundamento dos pontos abordados e também para análise das mesmas, para verificação se elas condizem com a realidade tratada no projeto.

Ao chegar à análise do currículo, observamos que ele é descrito por áreas de conhecimentos, como se verifica a seguir:

BASE NACIONAL COMUM AO 1º E 9º ANO.

**- Linguagens Códigos e suas tecnologias**

Linguagem Portuguesa – Deve garantir a todos os alunos o domínio do discurso nas diversas situações cotidiano;

Educação Física – Deve garantir ao educando oportunidades de desenvolver atividades corporais;

Arte – Deve levar o aluno a desenvolver competências estéticas, artísticas, nas diversas modalidades da área.

**- Ciências da Natureza, matemática e suas tecnologias**

Matemática – deve garantir aos alunos o sucesso ao conhecimento matrícula;

Ciências – deve propiciar competências que lhe permitam compreender o mundo e atuar como indivíduo e como cidadão.

**- Ciências Humanas e suas Tecnologias**

Geografia – deve propiciar aos alunos o conhecimento da natureza em suas múltiplas dimensões e promover atitudes na construção e reconstrução da sociedade.

**- Parte diversificada**

A parte diversificada destina ao ensino fundamental:

- Os temas transversais e educação ambiental integram todas as áreas do conhecimento. (PPP/EIAS<sup>19</sup>, 2010/2011).

Na citação a cima, é feita referência do 1º ao 9º ano, o que significa que o mesmo atende ao Ensino Fundamental I e Fundamental II. Além disso, pode ser visto a descrição sobre as áreas de conhecimentos está de forma resumida, além de trazer as mesmas pretensões sobre os níveis de ensino, os quais são do 1º ao 9º ano de ensino. Sabemos, como profissionais e futuros profissionais da educação, que cada nível de ensino tem as suas particularidades e os seus objetivos, então, assim, não se pode generalizar as áreas de conhecimentos.

---

<sup>19</sup> Projeto Político Pedagógico da Escola Ildefonso Anselmo da Silva.

Em se tratando em específico do componente curricular de Ensino Religioso, mesmo sendo este facultativo, ele deve está presente no PPP da escola, principalmente na parte do currículo, onde fica exposto as intenções de se trabalhar durante o ano letivo, pois tal componente é difícil de ser trabalhado em sala de aula pela dificuldade de se encontrar materiais que tratem sobre o mesmo. E é bem visível a ausência desta abordagem no PPP da Escola “Ildefonso”, pois em momento algum esse componente é citado no projeto, levando-nos a entender que o mesmo é visto como disciplina abordada na parte que se refere aos temas transversais ou mesmo ausente do PPP da escola.

Indo mais adiante, o PPP traz de forma sucinta a metodologia e a prática de avaliação. E, por fim, o projeto descreve as intenções de planos e metas e encerra com o quadro de funcionários.

Ao concluirmos a análise do referido PPP, identificamos a ausência de discussões com a LDB<sup>20</sup> e com os PCN's<sup>21</sup> na sua construção, além de deixar algumas lacunas referente as práticas desenvolvidas pela escola. Em se tratando do objetivo de nossa pesquisa, que é a disciplina de Ensino Religioso, o referido projeto não o explana em momento algum. O que se deixa a desejar e a levantar questionamentos do tipo: como trabalhar uma disciplina a qual não é descrita no PPP da escola? Como saber trabalhar ou com que público trabalhar? Enfim, questionamentos que deveriam ser respondidos ou pelo menos deveriam ser explanados pelo PPP, para que, de algum modo pudesse assessorar aqueles que fazem uso do projeto.

### 3.2 PLANOS ANUAIS DOS PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO: UMA CULTURA RELIGIOSA AMPLA OU DIVERSA?

O Plano de Aula é uma ferramenta utilizada por professores, no qual eles descrevem de maneira organizada os passos de sua aula. Nesse plano, deve-se conter uma estrutura didática: temática, objetivo, conteúdo programático, estratégias e recursos didáticos, duração e referências. Cada uma dessas abordagens tem sua importância na programação de uma aula.

---

<sup>20</sup> A LDB é a lei orgânica e geral da educação brasileira.

<sup>21</sup> Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) são a referência básica para a elaboração das matrizes de referência, o qual tem como pretensão, difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias.

Segundo conceitos de Takahashi e Fernandes (2004), cada abordagem do plano de aula tem os seguintes conceitos:

*Estrutura didática:* consiste em orientar para a ação, sendo que o plano é uma estrutura de decisões quanto aos fins e meios, apresentando os objetivos e a metodologia.

*Tema:* deve estar inserido no conteúdo do curso vinculado ao objeto geral do mesmo.

*Objetivo:* deve ser formulado de forma clara, dos mais simples para os mais complexos, de maneira concreta e prática, mantendo seqüência lógica e assegurando a inter-relação entre os mesmos.

*Conteúdo programático:* deve estar subdividido em Apresentação, Introdução, Desenvolvimento do tema, Síntese e Avaliação. No qual cada um tem uma abordagem específica.

*Duração:* compreende o tempo disponível para desenvolvimento de cada um dos itens do conteúdo programático, dentro das possibilidades e condições apresentadas.

*Referências:* a indicação bibliográfica refere-se ao material utilizado para sustentar o conteúdo desenvolvido em aula e ajudar a atingir os objetivos propostos.

Diante dessas conceituações, podemos dar início à análise dos planos anuais dos professores que atuam no componente curricular de Ensino Religioso da Escola “Ildelfonso Anselmo da Silva”.

O primeiro plano de aula analisado é o da professora que atua no 6º ano do Ensino Fundamental II com o componente curricular em questão. Porém, uma breve justificativa se faz necessária, pois a professora leciona este componente em duas turmas diferentes, uma do 6º ano e outra do 7º ano, e faz uso do mesmo plano de aula. A mesma justifica que o uso do mesmo plano anual foi em obediência a “ordens” da gestão da escola, à qual disse que se fosse feito um único plano para todas as turmas atuantes.

É notório que, o “plano de anual” não apresentar a composição necessária tratando-se do plano anual de atividades a serem realizadas no período do ano letivo de 2014.

Ao iniciar a análise de sua estrutura didática, notamos que ela é bem escassa dos conceitos traçados por Takahashi e Fernandes (2004), pois o plano de aula/anual é feito de forma bem resumida. O plano está dividido entre o objetivo geral e os conteúdos dos 1º, 2º, 3º e 4º bimestre, como pode ser visto no anexo.

O plano apresenta apenas um único objetivo para todo o ano letivo, o qual é referido como “Objetivo geral”. Na estruturação dos bimestres, a professora descreve aproximadamente 09 (nove) conteúdos por bimestre, seguidos pelos

objetivos específicos que também, pela maneira que foram estruturados, dão a entender que se referem à todos os conteúdos do bimestre. Porém, ao aprofundarmos nos conteúdos e nos objetivos, é possível perceber que cada objetivo específico é feito para um determinado tema ou mesmo, como foi notório em um determinado bimestre, existindo conteúdos que não apresentam objetivos específicos. São também apresentados de forma sucinta os processos metodológicos. E, por fim, o plano encerra apresentando as maneiras de avaliação.

De acordo com o que foi analisado, podemos concluir que o plano de aula fornecido pela professora do 6º ano do Fundamental II deixa a desejar na sua elaboração, pois o mesmo foi elaborado de maneira sucinta.

O segundo plano de aula analisado é o da professora que atua no 9º ano do Ensino Fundamental II como componente curricular em questão. O mesmo se refere à uma única turma e também compreende um ao plano anual, abordando as atividades a serem desenvolvidas durante o ano letivo de 2014. Também se encontra anexado no final do diário de classe.

Na base estrutural desse plano de aula, a divisão é basicamente a mesma que o da primeira professora, diferenciando-se apenas a maneira de organização, na qual a segunda professora obteve o uso de quadros para organizar suas atividades.

Indo mais adiante, percebemos que existe um único objetivo geral para todo o ano letivo. Já a organização para cada período bimestral está dividida entre objetivos específicos, conteúdo, metodologia e avaliação. A cada bimestre ela faz uso de um único objetivo específico, mas com uma ampla proposta. Em se tratando do conteúdo, essa professora usa apenas um por bimestre. A metodologia é bem diversificada. E para finalizar, na avaliação a docente busca envolver os alunos com as temáticas, de maneira individual e coletiva. Embora aparentemente o plano de aula/anual aparente ser sucinto, há uma maior explanação nas abordagens ao compararmos com o plano da primeira professora.

Ao irmos para análise de conteúdos programados pela professora para serem trabalhados no decorrer do ano letivo nas duas turmas acompanhadas na pesquisa de campo, é que passamos a ter uma noção maior de como são abordadas e trabalhadas as questões religiosas durante as aulas.

O Ensino Religioso como componente curricular, foca no ensino aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental II, o qual tem o intuito de



disseminar a diversidade religiosa existente no Brasil, para que, desse modo se possam quebrar preconceitos construídos historicamente na sociedade, sem ser necessário nenhum tipo de proselitismo. Para isso, o papel do professor em sala de aula é de grande importância, pois, em momento algum o professor deve interferir na escolha religiosa de seus alunos.

Assim sendo,

(...) o Ensino Religioso, como disciplina, trata do conhecimento dos elementos essenciais que compõem o fenômeno religioso [...] [e o professor] necessita ter presente na aprendizagem os conhecimentos anteriores do educando e possibilitar uma continuidade progressiva no entendimento do fenômeno religioso, sem comparações, confrontos ou preconceitos de qualquer espécie (PETERMAN (2013) *apud* SED/SC, 2001, p. 21).

Acreditamos que, a partir do momento que passamos a conhecer e disseminar a diversidade religiosa existente em nosso país e também sabemos o conhecimento que os alunos já tem sobre as religiões contribuimos para a reflexão das religiões de outras culturas que muitas vezes são omitidas.

O professor ao assumir a responsabilidade de lecionar uma disciplina como esta deve se preparar e se planejar para obter bons resultados na sua prática educacional. Para isso, a organização de seus temas deve buscar a compreensão, a aprendizagem e o respeito para a diversidade religiosa que existe em nossa cultura, através de uma explanação geral de cada uma delas. Para isso, Peterman (2013) traz que devemos sempre estar

(...) atento à linguagem, pois o proselitismo é vetado. [...] para favorecer de linguagem adequada é significativo que o professor de Ensino Religioso organize um quadro ou pesquisa das tradições religiosas, em sua classe, para evitar a exclusão de algumas delas e possibilitar aos educandos manifestarem-se (PETERMAN (2013) *apud* OLENIKI; DALDEGAN. 2003, p. 42).

Assim, cabe ao professor planejar-se para fazer um trabalho de qualidade e com bons resultados, sem excluir nenhum conhecimento sobre as práticas religiosas e sempre com um posicionamento laico, para não interferir na aula de maneira proselitista.

Após estas observações, passamos a analisar os conteúdos abordados nos dois planos de aulas da escola objetivo de nossa pesquisa.

Nos conteúdos colocados no plano de aula/anual da turma do 6º ano, o qual aborda todos os conteúdos para o ano letivo, foi notório que os que tratam de questões religiosas são poucas. Temos, como exemplo, o 1º bimestre que aborda 09 (nove) conteúdos e apenas 03 (três) focam na questão religiosa (vale ser ressaltado que no quadro serão expostos apenas os conteúdos que abordam a cultura religiosa). Quando relacionamos o conteúdo com os objetivos específicos descritos no plano, identificamos- os como muito restritos ao catolicismo e ao evangelicismo, que são justamente as religiões que predominam na comunidade escolar, informação dada pelos sujeitos da escola.

Para melhor visualização do que foi explanado, expomos a seguir os conteúdos e os objetivos específicos correspondentes a cada bimestre.

**Quadro I – Plano de curso 01: conteúdos e objetivos específicos**

<b>Bimestres</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivos específicos</b>
<b>1º Bimestre</b>	- Catolicismo e Evangelicalismo; - Tipos de religiões, símbolos e seus significados; - A páscoa.	- Entender tipos de religiões como Catolicismo e evangelicalismo. - Reconhecer os tipos de religiões, símbolos e seus significados.
<b>2º Bimestre</b>	- A religião Islã; - Religiosidade; - Indiferenças religiosas.	- Saber identificar a religiosidade e diferentes tipos de religiões.
<b>3º Bimestre</b>	- E se a gente não quiser escutar Deus?	- Entender que DEUS só quer nosso bem. Ele manda amar, ajudar e perdoa.
<b>4º Bimestre</b>	- Nenhum conteúdo abordado sobre a temática.	- Nenhum objetivo apresentado sobre a temática.

**Fonte:** Construído pela autora do texto a partir do plano de aula 01.

Por fim, concluímos que, além da cultura religiosa ser pouco trabalhada, é visível que os conteúdos abordados são sem nexos com um distanciamento das culturas religiosas presentes na região., pois não são bem explanados como é visível ao observarmos os objetivos específicos. O que é notório nesse plano, como já foi citado anteriormente, é a ligação com o catolicismo e a evangelicismo, apropriando-se, inclusive, de datas comemorativas do calendário cristão para mediação das aulas, como é o caso da Páscoa.

Outro ponto que merece ser destacado nesse plano de aula é o conteúdo e o objetivo específico do 3º bimestre, no qual, através do objetivo, é visível a presença de uma “alienação” por parte da professora ao fazer uma afirmação que rompe o que diz respeito ao livre arbítrio quando se existe a opção do aluno ser ou não leigo.

Já no plano de aula/anual da turma do 9º Ano, como já foi citado anteriormente, o bimestre aborda apenas um conteúdo e um objetivo. Porém, cada objetivo é detalhado com uma proposta aprofundada.

Em se tratando dos conteúdos, dos quatro bimestres apenas dois abordam o quesito religioso, dos quais, o do primeiro bimestre, que pretende focar com maior intensidade na temática, e o do terceiro bimestre, que tem como objetivo trabalhar focando nos direitos humanos. Para melhor entendimento, vamos acrescentar o quadro com o mesmo modelo de formatação do quadro referente ao 6º ano.

**Quadro II – Plano de aula 02: conteúdos e objetivos específicos**

<b>Bimestre</b>	<b>Conteúdos</b>	<b>Objetivos específicos</b>
<b>1º Bimestre</b>	- Transcendência religiosa.	- Conhecer na evolução da estrutura religiosa a respectiva formação da idéia do Transcendente no decorrer dos tempos, analisando as diferentes mudanças culturais que determinam as ideologias religiosas, que perpassam a redação dos textos sagrados e os determinam como verdade do Transcendente para determinado grupo.
<b>2º Bimestre</b>	- Nenhum conteúdo abordado.	-----
<b>3º Bimestre</b>	- Moral e direitos humanos.	- Mostrar a conexão entre valores defendidos na sociedade atual e as religiões; - Discutir os direitos fundamentais do ser humano.
<b>4º Bimestre</b>	- Nenhum conteúdo abordado.	-----

**Fonte:** Construído pela autora do texto a partir do plano de aula 02.

Ao observar os conteúdos e objetivos específicos do plano de aula do 9º ano, concluímos que, mesmo havendo um maior aprofundamento no que se refere aos conteúdos, ainda é visível que os assuntos voltados para a cultura religiosa, são escassos assim como no plano de aula do 6º ano, mesmo abordando questões importantes para a construção social dos alunos.

Os conteúdos abordados nos planos de aulas devem seguir a proposta da LDBEB 9.394/96, dos PCN/ER, para que, assim, os professores tenham a orientação adequada para se trabalhar em sala de aula, seguindo as abordagens posicionadas em leis para que o aluno tenha uma educação apropriada da referida disciplina.

Para isso, Petermann (2013) traz em seu estudo um “modelo” de conteúdos que devem ser abordados nas aulas de Ensino Religioso, no qual se inicia com 6º ano indo até o 9º ano do Fundamental II. Através dos temas trazidos esse modelo, é visível que o trabalho feito nas aulas é uma construção com início, meio e fim, pois, para um bom aprendizado dos alunos, eles precisam conhecer primeiramente os conceitos para depois irem se aprofundando cada vez mais nos conteúdos.

E o que é visível nos planos de aulas de ambas as professoras é que os conteúdos abordados são escassos e que não seguem uma linha de conhecimento formada com início, meio e fim, mais sim como uma forma de se trabalhar algo referente às religiões, porém, entrelaçando-as em temas transversais, pois a maioria dos conteúdos apresentados pelas professoras se refere mais a diversidade transversal do que a temas que realmente se destinem ao Ensino religioso.

### 3.3 PRÁTICAS METODOLÓGICAS NAS SALAS DE AULA: POR UMA DIVERSIDADE DAS CULTURAS RELIGIOSAS?

Ao irmos para a sala de aula com o propósito de observamos as abordagens metodológicas das professoras, designamos um “roteiro de observações” a ser seguido, segundo qual seriam captados: 1- os discursos das professoras para os alunos; 2- a metodologia utilizada por elas; 3- o diálogo entre os alunos; e 4- a forma de esclarecimento de dúvidas que fossem surgindo no decorrer das aulas.

Mediante informações coletadas por meio desse roteiro, foram feitas algumas análises das aulas nas duas turmas, nas quais foi possível obter as conclusões seguintes.

O roteiro das observações realizadas nas aulas de ensino religioso na turma do “6º A” da escola IAS, nos quais ao observarmos as aulas durante um determinado período de mais ou menos oito aulas, que equivale a aproximadamente 6 horas, foi notório que a prática exercida pela professora “A” é sempre tentando chamar a atenção dos alunos para as aulas. Porém, no que se refere aos alunos, em todos os momentos eles deixam visível a falta de interesse em querer aprender, e isso foi notório durante as observações em sala de aula.

Os materiais didáticos foram sempre os mesmos, quadro e textos reflexivos acompanhados de atividades. As atividades, geralmente, eram deixadas como atividades extraclases, já que durante a semana só há uma aula de Ensino Religioso e não há tempo suficiente para de ser trabalhado o conteúdo e a aplicação da atividade. Notamos que dificilmente os alunos resolviam as atividades encaminhadas para casa e sempre no início da aula da semana seguinte, a professora sedia aproximadamente 10 minutos da aula para que atividade fosse realizada.

Ao ter acesso à alguns dos textos trabalhados em sala de aula, foi visível que o professora “A” faz a tentativa de relacionar conteúdos relacionados à religião católica e evangélica com outras temáticas voltadas para relações sociais (como por exemplo: a diferença entre classe social econômica, diferença de gêneros, etnias, etc.), nos quais os alunos possam refletir sobre os fatos. Porém, as práticas de realização das aulas são sempre muito tradicionais, ou seja, dentro da sala de aula, sempre tem a presença do professor escrevendo no quadro e pedindo a atenção dos alunos. As atividades são sempre textos seguidos de exercícios e a única explicação dada para os alunos é de como realizar as atividades relacionadas ao texto. O que acaba gerando nos alunos a falta de interesse de participar das aulas, uns até se ausentam da sala de aula. E quando “pressionados” a realizarem as atividades postas no quadro, os alunos fazem o uso da frase “*eu não vou fazer porque a disciplina não reprova!*”. E mesmo tendo a explicação da professora sobre a reprovação ou não da disciplina, os alunos são sempre muitos displicentes, se comportando apenas quando são chamados à presença da gestora da escola para falar com eles e tentar colocar “ordem” na sala de aula.

Ao fazermos uma análise dos textos passados no quadro, é visível que a intenção deles é gerar uma reflexão de vida e, posteriormente, a realização das atividades. Os textos são sempre similares a lendas, relacionadas a fabulas

envolvendo relatos bíblicos que abordam “Deus” e a maneira de cada indivíduo agir na sociedade. Eles sempre trazem uma leitura dinâmica de fácil compreensão. Já com relação às atividades, notamos que elas apresentam questões reflexivas sobre o texto, como já foi citado à cima, porém, quando se trata da escrita, pode-se dizer que a leitura não facilita a interpretação da questão, pois, levando em consideração o grau de escolaridade, a professora “A” deveria buscar facilitar a língua exposta nas questões para melhor compreensão do alunado. E é visível a dificuldade deles em entenderem as questões, pois eles sempre pediam repetidamente esclarecimentos das questões à professora.

Por fim, podemos concluir que há uma dificuldade de domínio de turma por parte da professora “A”, além de pouco diálogo na explicação dos temas, pouco entrosamento com os alunos no que se refere às metodologias de trabalho e uma dificuldade referente a lingüística utilizada nas atividades que não facilita a aprendizagem dos alunos. Além, é claro, do pouco interesse demonstrado pelos alunos em participarem da realização das atividades, se agravando até mesmo com suas ausências da sala de aula.

Já no roteiro das observações realizadas nas aulas de ensino religioso na turma do “9º A” da escola IAS, ao entrarmos na sala de aula percebemos a diferença de comportamento se comparado aos alunos do 6º ano, talvez a idade um pouco mais elevada facilite o processo de realização da aula.

Na parte metodológica a professora “B” sempre buscou trabalhar com vídeos e textos, na maioria das vezes acabou fazendo a junção dos dois elementos para uma maior explanação. Após a exposição de vídeos ou distribuição de textos, sempre há um diálogo no qual a professora busca ouvir o entendimento dos alunos diante o tema trabalhado, além de dar uma maior explanação para os alunos, para que eles pudessem entender cada vez mais o assunto trabalhado. Também foram realizados tanto em sala de aula, quanto extraclasse, atividades para que os alunos resolvessem de modo reflexivo sobre o que foi discutido em aula. Percebemos que os mesmos sempre foram pontuais em suas atividades.

Nas aulas observadas, a maioria dos temas trabalhados foi para questões sociais e, no que se refere à cultura religiosa<sup>22</sup>, foi possível ver que a professora “B”

---

<sup>22</sup> O significado de cultura religiosa repousa na crença em um sistema de símbolos que atuam para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

se alude totalmente a uma única religião. Isso foi visível quando da explanação de um tema no qual a professora “B” citou “Deus” como o “pai de todos”, justificando que “Deus só existe um, independente do crédulo que o aluno siga”. É notório que a docente generaliza as religiões dizendo que “Deus só existe um”, independente de qualquer nomenclatura que é dado a ele nas religiões existentes.

Outro momento que se fez referência à Deus, foi em uma aula em que a professora “B” usou uma passagem da Bíblia para nortear o restante da aula. O tema dessa aula foi “Não julgar”, a partir daí foi escrito no quadro a seguinte passagem bíblica:

Não julgais, para que não sejais julgados. Pois, com o critério com que julgares, sereis julgados, e, com a medida com que tiveres medido, vos medirão também. Por que vês tu o argueiro no olho de teu irmão, porém não reparas na trave que está no teu próprio (MT. 7, 1-5).

Posterior a essa escrita, a professora “B” passou um vídeo intitulado “Não julgueis pela aparência, mas sim pela reta justiça”. E após os alunos transcreverem a citação e assistirem o vídeo, a docente fez uma breve explanação sempre dialogando com os alunos. E, por fim, como atividade, ela pediu para que os discentes fizessem a construção de um texto reflexivo.

Por fim, concluímos que a metodologia utilizada pela professora “B” em sala é bastante louvável pela interação e pela busca que faz em trazer os alunos para as discussões e a importância dos materiais para a realização da mesma, pois é de grande importância, independente do componente curricular, que os professores busquem novos métodos de ensino aprendizagem para aproximar cada vez mais o aluno da aula. Porém, ainda é muito escassa uma educação voltada para diversidade das culturas religiosas. O que nos leva a entender que há um receio por parte da professora em trabalhar a diversidade religiosa.

### 3.4 COM A PALAVRA AS PROFESSORAS: COMO ORQUESTRAM OS SABERES RELIGIOSOS?

Após analisarmos os planos de aulas e fazermos as observações em sala de aula, realizamos as entrevistas orais com as duas professoras do componente curricular em análise, as quais continuarão sendo tratadas de “Professora A” (que

leciona no 6º ano) e “Professora B” (que leciona no 9º ano). A escolha das mesmas se deu em virtude de serem as únicas que lecionam o componente no Ensino Fundamental II da referida escola.

A utilização da entrevista oral como metodologia veio no intuito de não nos prendemos a um questionário formal, no qual as professoras colocariam sua resposta sem uma maior explicação. Entendemos que a partir da entrevista, que foi orientada por um roteiro (anexo), poderíamos analisar a metodologia utilizada em sala pelas professoras, além de trabalhar de maneira comparativa o que cada uma diz fazer uso com o que realmente é feito em sala de aula.

Por assim dizer, a entrevista oral é entendida por Alberti (2006) como uma metodologia de pesquisa e de construção de fontes para o estudo da história contemporânea, surgida em meados do século XX, após invenção do gravador a fita. Dando maior explicação, essa autora ainda argumenta dizendo que a história oral consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que testemunharam acontecimentos do passado e do presente.

Mediante a isso daremos continuidade com as discussões voltadas para as metodologias das aulas de Ensino Religioso, numa perspectiva retratada pelas professoras, na qual elas explanam as formas que trabalham em sala de aula. De antemão, vale ser citado as prévias que existiram antes da realização das entrevistas até chegarmos a realização das mesmas, as discussões acerca da coleta de informações fornecidas pelas mesmas. Pois, quando abordadas sobre nossa pesquisa ser realizada por meio da metodologia de história oral, ambas as professoras tiveram certo receio, pois não se julgavam capazes de realizar tal função. Porém, após um breve diálogo no qual foi apresentado as intenções das entrevistas e a amostragem da ficha roteiro, as duas professoras aceitaram participar. Todavia, a professora “A” deixou notório que a entrevista seria abordando apenas as questões presentes na ficha roteiro. Tanto é que, no dia da realização da entrevista, ela pediu para que tivéssemos uma prévia de como seria a entrevista através uma breve conversa. E o que foi perceptível é que, durante a realização da entrevista, ela preferiu deixar ocultas (não falar sobre o assunto) algumas informações, principalmente no que diz respeito a questões referentes a gestão escolar.

Ao iniciamos as entrevistas com ambas as professoras foi feito um breve levantamento de informações básicas sobre cada uma delas. Informações do tipo: 1-



idade, 2- grau de escolaridade, 3- convênio com a escola, 4- o tempo que leciona a disciplina e 5- as turmas que leciona atualmente na escola. As informações de cada uma podem ser visualizadas no quadro abaixo:

**Quadro III – Informações básicas sobre as professoras entrevistadas**

<b>Informações</b>	<b>Professora A</b>	<b>Professora B</b>
Idade	19 anos	21 anos
Grau de escolaridade	Graduanda em Ciências Contábeis	Graduanda em Ciências Contábeis
Convênio com a escola	Contrato/ professora substituta <sup>23</sup>	Contrato/ professora substituta
Tempo que leciona o componente Ensino Religioso	1 ano (atual/ 2014)	2 anos (2013/2014)
Turmas que leciona na escola	6º “A” e “B” e 7º “A”	7º “A”, 8º “A” e “B” e 9º “A”

**Fonte:** Construído pela autora do texto a partir do plano de aula 02.

Ao analisarmos o quadro, pode ser visto a contrapartida da formação das professoras para a disciplina a qual lecionam, pois é um ponto que merece destaque na discussão. Ao que se pode ver é o descaso com o componente curricular que a gestão coloca um docente sem preparo/formação para atuar em sala de aula e sem ao menos disponibilizar material didático voltado para tal componente.

Seguiremos agora para as questões mais reflexivas que foram abordadas durante as entrevistas.

Uma das questões mais presentes nas salas de aulas, principalmente na disciplina de Ensino Religioso, é a voltada para o fornecimento de material didático por parte da escola. Ao serem questionadas sobre tal material, as professoras tiveram o mesmo posicionamento, qual seja: que não há nenhum tipo de material

<sup>23</sup> Um fato muito presente nessa escola é a questão voltado para professores contratados/substitutos. Acontece que a maioria dos professores concursados são de cidades vizinhas e acabam achando mais cômodo, devido a distância e outra carga horária realizada em outras escolas, colocarem substitutos nas salas de aula para desempenharem seu papel de professor. O que acarreta, em sua maioria, na presença de professores que são formados ou que ainda estão se formando em outra área de atuação, como é o caso das professoras de Ensino Religioso que são graduandas em Ciências Contábeis.

didático fornecido pela escola e que para a montagem das aulas elas buscam ferramentas externas, como, por exemplo, revistas e internet. Dizem ainda que o recurso que a escola fornece, é o básico, como, por exemplo, o data-show para exibição de slides e de vídeos de curta duração.

Quando questionadas quanto as metodologias utilizadas, ambas tiveram respostas bem similares, como pode ser visível a seguir: *“Então. Eu procuro fá, é:, fazer textos refrectivos, pa refrecção, leituras de textos, trabalhos em conjuntos e:, trabalho de pesquisa pra eles pesquisar e isso.”* (Professora “A”); *“Aulas explicativas, aulas expositivas com socialização do conteúdo e textos reflexivos, com leituras reflexivas também.”*(Professora “B”).

Porém, o que difere entre as duas metodologias são as maneiras de ambas interagirem com os alunos. Pois, através de suas falas, é perceptível que os alunos do 6º ano têm sua participação trabalhando em grupos e em pesquisas. O que levamos a questionar o nível de aprendizagem desses alunos, tendo em vista que a aula tem duração de apenas 45 minutos e só ocorre uma vez por semana. Já no 9º ano, pela descrição que a professora “B” faz, é possível perceber que, a medida que a aula vai sendo realizada, o docente já vai “exigindo” a participação dos alunos. Em ambos os casos, também foi possível perceber as ações metodológicas citadas nas salas de aula durante a observação da prática.

Em seguida, procuramos saber como é o desenvolvimento dos alunos em sala de aula com a utilização das formas metodológicas apresentadas. Assim, obtivemos as seguintes respostas:

É por disciplina! Tem disciplina que o desenvolvimento é bem melhor, eles são mais impolgados, já tem disciplina que eles são mais dislexados. É: as disciplinas do sexto ano eles são mais impolgados no Ensino Religioso, já à do sétimo não. Já são mais complicado. (Professora “A”);  
O desenvolvimento dos alunos, é considerado excelente. É: de que forma assim utilizando recursos, produção textual reflexiva, é: questionários reflexivos, onde eles expõem, é: sua concepção, ou seja, sua consciência crítica, é: dos assuntos que estão sendo abordados. (Professora “B”).

Identificamos a dificuldade relatada pela professora “A”, quando a mesma argumenta que os alunos são descompromissados se comparar a disciplina de Ensino Religioso com as demais. Já a professora “B”, demonstra a participação dos alunos denominando- se de excelentes, os quais participam de sua aula de forma crítica e consciente.

Diante de tais respostas, se faz necessário citar que o comportamento e a forma de participação dos alunos pode se dar pela maturidade dos alunos, pois se formos comparar os alunos do 6º com o 9º ano será visível que o grau de comprometimento e a facilidade de compreensão entre um alunado e outro são diferentes, portanto requerem metodologias diferentes. E também a forma de cada professora trabalhar o conteúdo em sala, pois através de uma metodologia bem aplicada, é possível prender a atenção dos alunos e torná-los mais participativos nas aulas além de um melhor aprendizado do conteúdo. Ou seja, o problema apresentado pela professora “A”, pode ser visto com dupla visão, mas essa problematização deverá ser melhor trabalhada para um melhor ensino aprendido.

Quando questionadas se há alguma dificuldade ao lecionar o componente curricular Ensino Religioso, as duas expuseram relatos preocupantes não só para elas, como também para a coordenação pedagógica escolar, pois não há material para que se norteie para trabalhar. Vejamos a seguir as respostas de cada uma:

(...) então. A maior dificuldade é porque assim, muitos alunos, é como eu falei pra você, que aqui na escola que falaram pra os alunos que Religião não reprova. Então assim, eles não são tão empolgados pra fazer as atividade porque diz tanto faz, religião não reprova. Mesmo assim não tão nem ai mesmo. (Professora “A”);

(...) assim:, não se tem uma grande dificuldade, mas digamos assim, que ainda aqui existe a idéia que Ensino Religioso não reprova. Mais assim, digamos que o professor tem que encarar isso não como uma dificuldade, mais como um desafio. De que forma? É: trazendo, colocando, ou seja, aplicando uma metodologia interessante né?! Que chegue a conquista-lo ou desperta nele, é: o interesse de aprender de conhecer denominados assuntos. (Professora “B”)

Apesar de ser de cunho facultativo, é um componente curricular da escola e merece passar por todo processo acadêmico que as demais disciplinas. E a problematização abordada por ambas as professoras deve ser trabalhada por toda equipe pedagógica, para que a mesma seja solucionada.

Também questionamos as professoras se elas procuram interagir alguma prática religiosa durante as aulas. As respostas foram bem interessantes e indagadoras. A professora “A”, de imediato respondeu que “*não*” justificando-se da seguinte maneira:

(...) é porque é assim, procurar interagir: [exitação]. Então, é porque é assim, ou não queria é (atropelo de palavras) como aqui na escola eles tem esse dividir entre a igreja católica eu sou amigo de quem é católico, ele é

amigo de quem é evangélico. Então assim, eu não procuro não distinguir, juntar as duas, é, as duas tanto católica como outras religiões que tem aqui, tem a batista também NE?! Ai eu procuro assim:, juntar todos, fazer trabalhos em grupos, que é para eles não se distanciar por causa desse motivo assim (Professora “A”);

A resposta da professora “A” é possível de duas interpretações. A primeira se restringe a quando ela generaliza em dizer que *“na escola eles tem esse dividir”*. Ao falar dessa forma ela dá a entender que isso é algo desempenhado pela gestão escolar, que traz sérios problemas para a Escola, uma vez que a escolarização deve ser laica. Ao dar essa frase como resposta, ela acaba que levando a entender que a gestão escolar apropria-se de religiões que são presentes na sociedade para “evangelizar” seus alunos.

Indo mais adiante, se for analisada com delicadeza, a justificativa não responde a pergunta e também não exclui de certo modo, que existe algumas culturas religiosas trabalhadas na sala, porém, se faz necessário citar que a uma “exclusividade” voltada para as religiões presentes na sociedade (Católica, Evangélica e Batista<sup>24</sup>), e que também tem como justificativa uma prática que ao ser observada na sala de aula não corresponde ao verdadeiro intuito apresentado pela professora, que é a interação entre os alunos independente de religião seguida.

Já a professora “B”, a qual já de antemão deu sua resposta com maior explanação sem ser necessário um longo questionamento, dando a seguinte resposta: *“não. Até mesmo porque em sala de aula à religiões divergentes. O que faço é orientar, razão de procura de transcendentos e: as diversas formas de manifestações das mesmas.”* (Professora “B”).

A professora “B” justifica a ausência de “*não*” interagir práticas religiosas, porém, de maneira indireta, ela acaba que se contradizendo em sua resposta, pois, a partir do momento em que orienta a procura de transcendentos e as manifestações das demais, ela acaba trabalhando práticas religiosas. Porém, ela não foca em uma única religião ou em algumas, mais sim trabalha de maneira generalizada.

Ainda sobre esse assunto foi feita a seguinte pergunta: Procura trabalhar outras culturas religiosas com os alunos independente das que eles são praticantes? Foram obtidas as seguintes respostas:

---

<sup>24</sup> Religião Evangélica, porém contem doutrina diferente de outras, como por exemplo, a popularmente conhecida como “Crentes”, ou seja, o usos e costumes impostos pelo homem.

(...) é procurar trabalhar outras culturas religiosas, sim, eu procuro trazer textos pra eles falando de outros tipos de religião pra eles distinguir, saber as culturas, as crenças de cada religião. Sempre eu procuro trazer assim, falar de outras né?! Da religião afro-africanas e de outros tipo da dos, assim pra eles conhecer que não existe só a religião católica, também não só a religião evangélica, nem só a batista, do quê eles tem aqui na região. Procuro trazer outras religiões que tem de fora pra eles conhecer também. (Professora "A");  
 Sim! Ai de que forma? Numa visão geral, que não chegue é: a deixar nenhuma religião restrita, mais que tenham conhecimentos abrangentes de todas. (Professora "B").

As respostas fornecidas pelas duas professoras só vêm afirmarem o que já tinha sido comentado anteriormente. As duas buscam interagir com outras religiões, porém de maneira mais "recuada". É importante chamar atenção para a resposta da professora "A", a qual diz um relato que não se faz presente em seu plano de curso, ou seja, nem sempre ela segue a risca seu próprio plano ou ate mesmo pode ser que o altere no decorrer do ano letivo.

A última questão será analisada de maneira individual, pois cada professora abordou a temática com vieses distintos. Foi feita a seguinte pergunta: Os alunos chegam a sugerir alguma temática pra ser estudado? Tivemos as seguintes respostas:

(...) sim. Assim, eles mandam eu trazer mais dinâmica, que até eu já, algumas aulas eu trago dinâmicas pra fazer pra interagir com todos, assim professor uma dinâmica pra gente interagir mais, sempre, que é possível, porque é assim não é toda aula que (...) (Professora "A").

Ao analisarmos a resposta percebemos que a intenção dos alunos ao pedir dinâmicas é no intuito de trabalharem em grupos, além de ser visível que a sugestão deles que a professora apresenta não é voltada para temáticas, mas para dinâmicas de interação e descontração. Através dessa informação é possível observar que o pedido dos alunos acaba que sendo pela mudança de metodologia de ensino do professor. Essa observação encontra correspondência quando de nossa presença em sala de aula, tendo em vista que ao fazer as observações em sala de aula, foi notório que a professora fica muito preza ao quadro branco e ao pincel.

Já a Professora "B" deu a seguinte resposta: "*sim, as vezes. Temas polêmicos, é: que existe na sociedade.*"

Percebemos que a “sede” dos alunos é voltada para debates, uma vez que os temas pedidos são socialmente discutidos. Porém, o entusiasmo dos alunos faz com que surjam questões do tipo: será que os temas polêmicos são destinados ao Ensino Religioso ou trazem algum viés para isto ou mesmo são temas de cunho transversal que distanciam as devidas práticas metodológicas da disciplina?

Vale salientar que esses questionamentos surgiram a partir do momento de nossas observações nas aulas, nas quais foi possível perceber que, uma boa parte dos assuntos trabalhados foram voltados para temas transversais. Sabemos da importância de se trabalhar esses temas. Porém, surge outro questionamento a cerca disso! Será que se faz justo serem trabalhados nas aulas de Ensino Religioso, uma vez que se comparado as outras disciplinas, ele apresenta uma carga horária diferenciada que se resume a 45 minutos semanais?

Por fim, através da análise das entrevistas, é visível a escassez que existe na disciplina de Ensino Religioso, seja ela por falta de recursos didáticos, incluindo despreparo das professoras que são graduandas de outra área de ensino, até mesmo a falta de auxílio da coordenação pedagógica. Por fim, se conclui que a mesma é mantida por “obrigação” na Escola e que, mesmo sendo evitada algumas práticas evangelizadoras, de um modo ou de outro existe uma prática cultural religiosa na sala de aula. Esse quadro diz que há muito ainda a ser mudado nessa prática, pois a escola ainda se prende apenas ao aprofundamento das religiões praticadas na comunidade escolar.

### 3.5 COM A PALAVRA OS ALUNOS: UMA VISÃO DOS DEBATEDORES DOS CONHECIMENTOS

Por fim, e não menos importante, a última fonte a ser analisada é a que exprime a opinião dos alunos referente a metodologia e o componente curricular Ensino Religioso.

Porém, de antemão, vale ser destacado que ao iniciar o projeto o intuito era a realização da entrevista oral tanto com os professores, quanto com os alunos. Entretanto, no decorrer da pesquisa, foi considerado mais viável trabalhar com questionários no que se refere aos alunos. Isso porque, para a realização da entrevista, eles teriam que se expressar de maneira espontânea e, após perceber o receio das professoras com as entrevistas, portanto decidimos que os alunos

ficariam mais a vontade com a aplicação dos questionários, tendo em vista que o rendimento das entrevistas poderia não ser tão produtivo, e isto pode ser concluído através de conversas paralelas tidas com os alunos.

Indo a diante, deve ser destacado o porquê e o motivo de tais alunos, que serão tratados com Aluno “A” (6º ano) e Aluno “B” (9º ano), terem sido escolhidos. A escolha de um aluno de cada turma se deu pelo fato de que a análise dos questionários iria ser feita de forma comparativa entre um aluno e outro e, ao mesmo tempo, com as informações fornecidas pelas professoras durante a entrevista. Já a escolha desses alunos se deu ao comprometimento que eles demonstraram ter nas aulas e isso foi possível através do período de observação das aulas.

Continuando a discussão, seguimos com a análise dos questionários. Como de praxe a primeira pergunta foi se ele gosta da disciplina de Ensino Religioso. Sobre isso, obtivemos as seguintes respostas dos depoentes: *“Sim, gosto muito por que fala sobre tipos de religiões e sobre coisas muito interessantes.”* (Aluno “A”); *“Gosto muito. Pois a disciplina não trata apenas de religião mais do caráter, da humildade.”* (Aluno “B”).

É notório que ambos os alunos dizem gostar do componente e o que chama atenção são as justificativas de cada um. Pois, o aluno “A” aborda as questões religiosas que são trabalhadas assim também como outros assuntos. Assim também como o aluno “B” que se justifica pela expansão de temas trabalhados nas aulas.

Dando continuidade, a pergunta seguinte foi relacionada à metodologia utilizada pela professora. Obtivemos como respostas: *“Sim, por que ela é muito legal e traz textos maravilhosos.”* (Aluno “A”). Assim, podemos concluir que o “gostar” do aluno, se faz referência pelos textos abordados nas aulas.

Já com do Aluno “B” foi obtido que: *“Gosto muito. Pois ela abrange vários conteúdos, tanto religiosas, como não religiosas.”* Nessa resposta, é visível que ele tem a preferência pela abrangência de conteúdos.

Dando continuidade ainda sobre a metodologia das professoras, outra pergunta foi feita referente ao que chama mais atenção durante a aula. E sobre isso os depoentes responderam da seguinte maneira: *“A leitura, por que são interessantes e curiosas.”* (Aluno “A”); *“A vontade e o querer da professora de esclarecer nossas ideias.”* (Aluno “B”).

Nos argumentos do aluno “A”, continua, assim como nas demais respostas, exposto a relação dos textos durante as aulas. Já o aluno “B” faz referência a atenção abordada pela professora durante as discussões.

Para concluirmos a parte voltada para o ensino aprendizagem, a pergunta seguinte faz referência às dificuldades que os alunos têm durante as aulas. A resposta que o aluno “B” alega não ter nenhuma dificuldade nas aulas. Assim, iremos discutir somente a resposta do aluno “A”, o qual diz que sua dificuldade é “nas atividades”. A partir dessa resposta, se faz necessário voltar a discussão da análise das observações feitas em sala de aula, quando, ao ter acesso a alguns textos e atividades, foi possível perceber que a linguagem abordada nos mesmos, é complexa para a faixa etária dos alunos do 6º ano e, talvez, esse seja uma das razões de o aluno “A” ter respondido dessa maneira.

Dando continuidade, a resposta seguinte traz pontos de vista referentes e de suma importância para análise do contexto da pesquisa, pois, quando questionados se as professoras se apropriavam da religião as quais eram praticantes, os depoentes trouxeram como respostas: *“Sim ela fala mais sobre a religião dela fala sobre coisas católicas e explica sobre elas sobre como elas devem ser.”* (Aluno “A”).

Como podemos notar, o depoente deixa visível que a professora faz uso da sua religião ao lecionar e, pela forma de expressar-se do depoente, dar-se a entender que existe na sala de aula uma catequização dos alunos diante as abordagens trabalhadas durante as aulas. O que entra em contradição com as informações dadas pela mesma durante a entrevista e, ao mesmo tempo, se põe a prova a forma de lecionar da professora, pois sabemos que a escola é de obrigatoriedade laica.

Já o aluno “B” descreveu: *“Não, ela tenta trazer vários tipos de assuntos e religiões diferentes.”* Ao contrário do aluno “A”, este alega que a professora busca abordar uma maior explanação de culturas religiosas e que não se apropria da religião a qual é atuante durante as aulas.

Como é visto na maioria das escolas ao se tratar de Ensino Religioso, a inexperiência dos professores em relação a disciplina é nítida, pois na maioria das vezes os professores são formados em outras áreas de conhecimento e acabam que sendo colocados para lecionar em outra. No caso da disciplina em discussão, em alguns casos, os professores ficam a mercê do seu próprio preparo, pois a coordenação pedagógica pouco auxilia com recursos apropriados e destinados a



disciplina. E isso acaba que prejudicando as aulas, tanto porque os professores que não tem formação acabam de certo modo acomodando-se na disciplina, como porque eles se apropriam da própria religião para lecionar. O que acaba que comprometendo o ensino-aprendizado dos alunos.

A última questão a ser discutida é referente ao que poderia ser melhorado na disciplina. Sobre isso, obtivemos as seguintes respostas dos depoentes: *“Para mim o que poderia melhorar era a atensam da professor (a).”* (Aluno “A”); *“A metodologia, o professor poderia se aprofundar mais nos diversos assuntos.”* (Aluno “B”).

Podemos analisar esse quesito da seguinte maneira: o aluno “A” pede mais auxílio, atenção por parte da professora. E nesse ponto voltamos às falas anteriores na qual nos referimos durante a análise de metodologia na sala de aula, sobre a questão da professora se prender muito ao quadro e ao lápis e pouco interagir com os alunos nos momentos de explicação. Pois, é necessária uma boa apresentação sobre os temas trabalhados em sala de aula e os alunos exigem isso.

Já no aluno “B” traz a necessidade do aprofundamento dos assuntos. Porém, há duas ressalvas. A primeira se faz referente a pouca explanação dos assuntos, pois, em sua maioria, no que pode ser observado, duram aproximadamente duas aulas, sendo que a segunda fica para a realização de atividades. Nesse caso deve ser visto e questionado com a professora, pois através do dialogo ela pode fazer uma maior explanação dos assuntos para uma melhor compreensão. A segunda ressalva diz respeito justamente pela quantidade de aulas ofertadas durante a semana, pois, como já citado anteriormente, só há uma aula por semana e, diante disso, os professores se veem reféns do tempo.

Por fim, a partir de tal análise, podemos perceber que ainda há muito que ser melhorado na disciplina por “cobranças” feitas pelos alunos, como, por exemplo, a cobrança de interação da professora, o que acaba tornando a aula monótona e pouco proveitosa, entre outras. Outro item que deve ser analisado é a questão na qual um dos alunos diz que há atuação da religião católica na sala de aula, que é a religião que a professora cultua.

Algo surpreendente foi a questão que os alunos dizem ter interesse em conhecer outras religiões. Dizemos surpreendente porque em algumas conversas com uma das professoras ela alegou que os alunos não gostavam de falar de outras religiões na sala de aula e que, às vezes, acabava que causando tumulto, e, por

esse motivo, achava melhor trabalhar apenas as religiões que existem na comunidade escolar.

Diante de tais informações, é possível perceber que a um interesse sim dos alunos em aprender sobre outras culturas religiosas, porém, ou por despreparo ou por receio<sup>25</sup>, os professores acabam que adotando essa metodologia de ensino.

---

<sup>25</sup> Dito receio, por alguns professores temerem a lei ao lecionar ensinando sobre religiões, porém o que difere da prática é que, ao invés de ensinar/cultuar outras religiões, eles vão estar apresentando outros tipos de cultura. Por isso o uso da palavra “receio”.

#### 4. AS CONCEPÇÕES RELIGIOSAS ABORDADAS NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Algo que se faz necessário ser destacado antes de dar continuidade ao trabalho é que, apesar do título do capítulo fazer referência ao ensino Fundamental II, o que será relatado nos próximos parágrafos se resumiram as duas turmas (6º ano e 9º ano) que foram observadas no decorrer da pesquisa de campo.

No caminhar de toda pesquisa para a construção desse produto, que coincidiu com o período em que se desenvolveu um projeto vinculado a escola EIAS<sup>26</sup>, tivemos considerável tempo para fazer várias observações na sala de aula. E nesse tempo foram visíveis várias atividades que eram voltadas para a temática que vem sendo discutida.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da escola e os planos de aula das professoras, ao ir para a sala de aula e realizar as observações, assim como realizar as entrevistas e questionários, foram perceptíveis que existe a presença de algumas culturas religiosas no ensino do componente curricular Ensino Religioso e que são praticadas pelas professoras que a ministram. E para maior demonstração, seguiremos analisando e destacando alguns “equivocos” praticados no componente curricular. Porém, vale ser ressaltado que serão citados apenas os conteúdos que evidenciam com maior entonação o uso abusivo de uma única prática religiosa na sala de aula.

A princípio vamos observar o Projeto Político Pedagógico, o qual foi elaborado de maneira escassa e de forma resumida. Vale ser dito, mesmo já tendo sido citado no capítulo anterior, que o PPP da escola não apresenta nenhum tipo de especificidade voltada para o Ensino Religioso. Desse modo, não a como apontar no presente texto de maneira crítica, de como o PPP apresenta o componente curricular.

Já na análise dos planos de aula das professoras, as quais forneceram os seus planos anuais de ensinamos observamos que o destinado ao 6º ano, durante os quatro bimestres, não apresenta conteúdos destinados as culturas religiosas. Porém, nele há dois conteúdos que chamaram a nossa atenção e que merecem ser citados. Os quais foram: primeiro, “A páscoa”, que é uma data comemorativa do calendário cristão da religião católica; e, segundo, “E se a gente não escutar Deus?”, o qual levanta um questionamento para os alunos sobre a vida sem a “presença” de

---

<sup>26</sup> Escola Ildfonso Anselmo da Silva.

Deus. Porém, nesses conteúdos há um aprofundamento voltado para o catolicismo como uma prática de catequese e acaba por desrespeitar alunos praticantes de outras religiões e até mesmo os ateus, caso estes se façam presentes na sala de aula.

Existe um equívoco quando se trabalha conteúdos que abordam temáticas voltadas para uma única religião, como é o caso, por exemplo, da “Páscoa”, a qual é uma data comemorativa do calendário cristão que marca a chamada “ressurreição de Jesus”. Ao abordar tal tema, o professor, que deveria abordar o mesmo em uma visão geral, destacando a maneira como cada cultura aborda a data em questão, acaba trabalhando com uma visão aprofundada da religião católica. E então nos questionamos se o professor aborda como uma apresentação informal de tal religião ou se ele aborda de maneira cristã e termina incentivando os alunos a estudarem essa religião, como que em uma catequese.

Em alguns casos, não são os temas que comprometem o aprendizado dos alunos, mais sim a maneira de como o professor aborda os mesmos. Pois, alguns temas existem comuns as várias religiões, porém nem sempre são abordados de forma “correta” dentro de uma sala de aula, à qual é legalmente tida como laica.

Ao se tratar dos planos de aulas, foi analisado apenas o da professora “A”<sup>27</sup> do 6º ano, pois a segunda professora “B”<sup>28</sup> (9º ano), em seu plano de aula, não focou conteúdos que chamassem atenção pela a afirmação de uma única religião. O que não quer dizer que durante todo o período letivo a mesma não tenha apresentado conteúdos que trabalhassem as culturas religiosas.

Indo adiante com a nossa discussão, passaremos a descrever sobre as nossas observações em sala de aula, destacando que não focaremos por conteúdos abordados e sim no que diz respeito ao posicionamento do professor dentro da sala de aula.

E se tratando de tal posicionamento, foi notório que, em certos casos, eles se apropriam de sua crença religiosa, quando eles trabalham com conhecimento sobre tais informações que almejam passar para os alunos. Pois, mesmo ambos os professores abordando outras culturas religiosas durante as aulas, é notório que não há muita preparação deles ao abordar tais culturas, como demonstram ter com a religião católica (religião à qual são praticantes). Também foi notório que, mesmo

---

<sup>27</sup> Para melhor apresentação da professora “A” em questão, ver quadro 5.

<sup>28</sup> Para melhor apresentação da professora “B” em questão, ver quadro 5

eles não praticando de forma direta o cristianismo, há muito presente um enaltecer de um deus, “Deus único e regente por todos “nós” (Professora “A” e “B”). Nesse momento é visível a apropriação da religião católica pelas duas professoras dentro da sala de aula. Se a professora “A” do 6º ano deixa isso de forma mais visível nos seus conteúdos, a professora “B” do 9º ano já deixa visível em sua fala, quando, de forma indireta, ao trabalhar certo conteúdo na sala de aula ela usa exemplos voltados a “glorificação” de Deus e acaba que usando “Deus” como exemplo de vida e de motivação.

O que causa inquietação, pois, ao mesmo tempo que mostra uma prática cristã dentro da sala de aula, também mostra a despreparação do professor em abordar outras culturas/ conteúdos, possivelmente em decorrência de as duas professoras não serem formadas na área a qual lecionam.

Continuando, passamos analisar as entrevistas realizadas com as duas professoras, nas quais dizem, a partir de alguns questionamentos, que não fazem o uso de culturas religiosas e cada uma justifica-se do porquê de tal prática.

No relato oral da professora “A” do 6º ano obtivemos as seguintes respostas para as perguntas que se seguem: “Você procura interagir algumas práticas religiosas na disciplina?” “Se sim, quais?” “*não*”. “Você poderia me explicar o porque?!”

É porque é assim, procurar interagir. Então, é porque é assim, ou não queria é (atropelo de palavras) como aqui na escola eles tem esse dividir entre a Igreja Católica eu sou amigo de quem é católico, ele é amigo de quem é evangélico. Então assim, eu não procuro não distinguir, juntar as duas, é, as duas tanto católica como outras religiões que tem aqui, tem a Batista também NE?! Ai eu procuro assim, juntar todos, fazer trabalhos em grupos, que é para eles não se distanciar por causa desse motivo assim.  
(Professora “A”)

Essa educadora nega fazer uso de práticas religiosas e, ao mesmo tempo, na sua justificativa ela cita a divisão religiosa que existe na própria escola por parte dos praticantes de diversas religiões, o que é algo alarmante, pois, tal divisão acaba que afetando os alunos e a metodologia que a professora diz usar em sala de aula para aproximar mais os alunos de religiões distintas, talvez pudessem ser amenizada justamente através dos temas que deveriam ser trabalhados na sala.

No entanto, essa professora entra em contradição de sua fala, quando em seu plano de aula ela aborda um conteúdo (Páscoa), que é tido como prática da Igreja Católica e, principalmente, quando o executa em sala de aula.

Quando questionamos se a professora “A” procura trabalhar outras culturas<sup>29</sup> religiosas com os alunos, independente das que eles são praticantes, ela afirmou que:

É procurar trabalhar outras culturas religiosas, sim, eu procuro trazer textos pra eles falando de outros tipos de religião pra eles distinguir, saber as culturas, as crenças de cada religião. Sempre eu procuro trazer assim, falar de outras né?! Da religião afro africanas e de outros tipo da dos, assim pra eles conhecer que não existe só a religião católica, também não só a religião evangélica, nem só a Batista, do quê eles tem aqui na região. Procuro trazer outras religiões que tem de fora pra eles conhecer também. (Professora “A”).

Mediante esse relato, notamos que há sim uma procura de sua parte em apresentar outras culturas a seus alunos. Porém, o que é possível analisar também, através de sua resposta e de sua prática em sala de aula, pode-se por meio desta, concluir que a metodologia usada por ela deixa a desejar, tendo em vista que se faz necessário algo mais que só leitura de textos para a ampliação de conhecimentos dos alunos, ainda mais no que se refere a disciplina em análise.

Para a professora “B”, do 9º ano, trouxemos a mesma pergunta: “Você procura interagir alguma prática religiosa na disciplina?” Esta nos deu a seguinte resposta: *“Não. Até mesmo porque em sala de aula à religiões divergentes. O que faço é orientar, razão de procura de transcendentos e: as diversas formas de manifestações das mesmas.”*

A fala da mesma traz uma colocação importante, para o componente curricular, quando a mesma se refere a “orientação” devido à diversidade de religiões presentes na sala e, ao mesmo tempo, condiz com os conteúdos que ela aborda em seu plano de aula. Já quando questionada se ela procura trabalhar outras culturas religiosas com os alunos, obtivemos a seguinte resposta: *“Sim! Ai de que forma? Numa visão geral, que não chegue é, a deixar nenhuma religião restrita, mais que tenham conhecimentos abrangentes de todas.”*(Professora “B”).

---

<sup>29</sup> Sistema de ideias, conhecimentos, técnicas e artefatos, de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma determinada sociedade.

É possível notar em sua fala que referencia uma metodologia em que apresenta uma disseminação das diversas culturas religiosas. Porém, nos perguntamos de que maneira ela faz isso, tendo em vista o pouco tempo de aula semanal do componente curricular (45 minutos), e de que forma ela explora essa diversidade cultural.

O que se entende na fala da professora “B” é uma generalização das culturas religiosas, que, ao mesmo tempo, dar-se a entender como uma “resposta pronta”, pois, se formos analisar mais um pouco, notaremos que a diversidade religiosa que existe em nosso país dificilmente poderá ser totalmente apresentada em uma sala de aula na disciplina de Ensino Religioso que só tem uma aula por semana como carga horária. Mas, levamos em consideração que a professora “B” conseguisse fazer uso de boa parte dessas tantas culturas. Porém, como seria esse ensinamento? Será que a professora estaria preparada para ensinar tal conteúdo a seus alunos, tendo em consideração que ela leciona em outros componentes curriculares e cursa graduação em uma área de conhecimento oposta a qual leciona? E será que os alunos aprenderiam de fato sobre tais culturas? Esses questionamentos se fazem necessários para que se entenda mais sobre uma fala e uma prática que nem sempre condizem uma com a outra, pois, em alguns casos, as pessoas acabam que alegando uma teoria a qual não condiz com sua prática.

Continuando nas análises, passamos a discutir sobre os questionários respondidos pelos alunos<sup>30</sup>. E tornamos a dizer que as partes citadas a seguir fazem referência apenas ao que é proposto no título do atual capítulo, a saber: As concepções religiosas abordadas no Ensino Fundamental II.

A questão/resposta a ser analisada é referente a prática do professor em sala de aula, na qual o aluno deveria falar se as professoras se apropriavam da religião as quais eram praticantes. Sobre isso, os depoentes trouxeram as seguintes respostas: *“Sim, ela fala mais sobre a religião dela, fala sobre coisas católicas e explica sobre elas sobre como elas devem ser.”* (Aluno “A”); *“Não, ela tenta trazer vários tipos de assuntos e religiões diferentes.”* (Aluno “B”).

Fazendo uma análise geral pode-se vê a controvérsia da fala da professora “A” em relação a sua prática em sala de aula, uma vez que o aluno “A” diz que ela faz apropriação da sua religião, o que se concluí que ela faz uso inadequado como

---

<sup>30</sup> São no total dois alunos. Um do 6º Ano com 13 anos de idade; e outro do 9º Ano com 15 anos de idade.

docente por fazer proselitismo da prática católica na sala de aula, influenciando o alunado no que ela defende como certo ou errado, mediante o que a sua religião prega. Já o aluno “B” alega o que a professora “B” traz em sua resposta quando questionada sobre a mesma problemática, ou seja, que ela não faz uso da própria religião.

Desse modo, podemos perceber a prática de culturas religiosas no componente curricular de Ensino Religioso, onde em alguns casos elas são ministradas de formas inapropriadas, seja isso em decorrência de uma má preparação dos professores ou por uso abusivo de sua profissão.

Ao irmos mais adiante na análise, identificamos algumas situações que não se resumem apenas as professores do componente curricular de Ensino Religioso, mais sim que se iniciam pela gestão da escola e que se expande para alguns professores de outros componentes, como no caso de alguns projetos que são construídos na escola para serem desenvolvidas com os alunos.

Assim também como abrange todos os docentes e discentes do Ensino Fundamental II, no qual nas datas que se comemoram os festejos do calendário cristão, acabam que influenciando no calendário letivo.

Antes de aprofundarmos neste assunto vale ser dito que a cultura da cidade de Amparo é conhecida na região por ser demasiado religiosa, a qual realiza os festejos do padroeiro em "grande estilo"<sup>31</sup>, buscando sempre memorizar as origens da cidade, assim também como na data de emancipação da mesma. Imediatamente tudo isso interfere no convívio escolar.

Todos os anos, no período letivo da escola em questão, dar-se um destaque para uma data cristão que é a Páscoa<sup>32</sup>. A escola decora o ambiente interno com o símbolo da data (o coelho e os ovos), professores trabalham em sala de aula com seus alunos assuntos referentes, chegando a acontecer de professores se envolverem em projetos que focam em ações baseadas com mais ênfases nessa temática, como é o caso da encenação da Paixão de Cristo<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> A cidade tem como padroeiro São Sebastião, que tem como data comemorativa o dia 20 de Janeiro. Período que concentra grande quantidade de pessoas vindas de diferentes cidades para curtir os 03(três) dias tradicionais de festejos.

<sup>32</sup> A Páscoa é uma celebração importante da Igreja Cristã, pois se comemora a “ressurreição de Cristo”.

<sup>33</sup> Tido como feriado religioso comemorado pelos cristãos, simbolizando o dia da morte de Jesus Cristo, e faz parte das festividades da Páscoa, que simboliza a ressurreição do mesmo.



Identificamos que esta já foi dramatizada na escola por vários anos, na qual teve a participação dos alunos como atores da peça. Abaixo segue uma imagem que apresenta a dramatização desse evento:

**FOTO I**



**Fonte:** Claudia dos Santos Oliveira, 2006.

O ato é representado pelos alunos do Ensino Fundamental II da EIAS. A encenação é retratada nas ruas da cidade de Amparo-PB, no ano de 2006. A imagem retratando Cristo a caminho do sacrifício. Levando a cruz, a representação de Cristo com as vestes brancas e vermelhas e ao seu lado, de manto azul, segurando uma imagem da face de Cristo. A personagem que representa Maria, mãe de Cristo. Um pouco mais atrás, segurando também a cruz e de blusa listrada, um aluno representando o personagem Sirine e, um pouco mais a direita, um personagem caracterizado de soldado.

**FOTO II**

**Fonte:** Claudia dos Santos Oliveira, 2006.

O ato também é representado pelos alunos do Ensino Fundamental II da EIAS. A encenação é retratada nas ruas da cidade de Amparo-PB, no ano de 2006. A imagem retrata o momento em que Cristo já está pregado na cruz. No ato os personagens de vestes brancas com faixas azuis, são os apóstolos e o de vestimentas casual, localizado a esquerda da cena, é um representante da comunidade, que segundo relatos, acabou se comovendo com a cena e quis fazer parte.

**FOTO III**

**Fonte:** Claudia dos Santos Oliveira, 2006.

Assim como as imagens anteriores, o ato continuava a se representado pelos alunos do Ensino Fundamental II da EIAS. A encenação é retratada nas ruas da cidade de Amparo-PB, no ano de 2006. A imagem representa Cristo após a pregação recebendo os cuidados de Maria, a qual está segurando o corpo de seu filho nos braços. Os personagens de vestes brancas com faixas azuis são os apóstolos. A atriz de rosto curvado para a esquerda representa Maria Madalena, os demais, são figurantes que acompanhavam o cortejo.

O que vemos mediante a esse conjunto fotográfico é uma ação que envolve boa parte dos docentes em uma ação que é tida como equivocada perante a existência de leis que promovem a escola como espaço laico, além de documentos como os PCN's que norteiam o modo de como se deve ser o ensino dos alunos no que se refere a cultura religiosa. Identificamos, portanto, na prática tanto em sala de aula, quanto no que se refere a gestão da escola, o uso abusivo do proselitismo cristão sobre os valores culturais de todos que são envolvidos na comunidade escolar, tendo em vista que nesse espaço não há apenas praticantes da religião católica e, mesmo que fossem, não se daria o direito de nele ser disseminado tal prática devido o espaço em questão ser tido por lei como laico.

Outros casos a serem citados sobre as práticas que envolvem a gestão e toda a comunidade escolar puderam ser percebidos através do convívio que tivemos com

a escola em decorrência de um projeto<sup>34</sup> no qual participamos e o mesmo tem convênio com a escola. Através desse projeto pudemos experienciar um tempo maior no convívio da escola.

Um dos exemplos a serem citados, é referente às quermesses que são realizadas no período de festejos da emancipação da cidade<sup>35</sup>, nas quais já houve casos que a própria escola participa desses momentos, promovendo a venda de comidas com fins lucrativos para, posteriormente, destiná-los para à Igreja Católica da cidade. Porém, é importante ser dito que tal ato na destinação dos lucros se deu por posicionamento da própria gestão escolar. Há qual teve o intuito de arrecadar lucros para “ajudar” na reforma da igreja matriz da cidade.

É necessário abrir um dialogo no que diz respeito à organização da quermesse e sobre a gincana escolar (Projeto que será tratado posteriormente), pois a responsabilidade é inteiramente da gestão escolar, desde as regras de realização das provas até a finalidade como será a entrega de prêmios. E apesar ambos “projetos” terem a participação da Gestão do município e da Secretária de Educação, em nenhum momento se foi dito que eles têm intervenção direta na organização, mais sim, que tem envolvimento com patrocínios. O que não tira de ambas as gestões a responsabilidade de “fiscalizar” e interferir nas ações que são realizadas de forma displicente no que diz respeito à diversidade religiosa, já que por lei o Estado é laico. E a atitude tida por elas, acabam que aparentando, ser um apoio a tais práticas desrespeitosas.

Nesse mesmo período de festejos (aniversário de emancipação) a gestão da escola, juntamente com a comunidade escolar, organiza uma Gincana<sup>36</sup> Escolar com os alunos durante, na qual cada turma tem seus representantes para disputarem um “prêmio”. E 2015 presenciamos a seguinte notificação da gestão da escola para a turma vencedora da gincana: “A turma vencedora deverá ir amanhã para a missa devidamente fardada para assistir a celebração da missa e, após a missa, assistir o hasteamento das bandeiras e, depois disso, receberam o “prêmio”. Só vai receber

---

<sup>34</sup> O Projeto de Extensão PIBID Diversidade na área de Ciências Humanas e Sociais.

<sup>35</sup> Data de emancipação 29/04/1996.

<sup>36</sup> A Gincana realizada anualmente na EIAS é um projeto feito pela escola, o mesmo já tem aproximadamente 8 anos de existência e, desde o primeiro ano, o qual apresenta regras para realização das disputas, além de ser de responsabilidade da próprio gestão de definir os fins lucrativos adquiridos. O mesmo só veio ter apoio da Secretária de Educação após o primeiro ano de realização. Esse apoio é dado através de patrocínio para os brindes e materiais pedagógicos para a realização das disputas.

se toda turma participar.” Abaixo apresentamos um registro imagético sobre esse momento.

#### FOTO IV



**Fonte:** José Gracivaldo Pereira, 2015. (Via Facebook)

A imagem traz a participação de alunos da EIAS fardados (cor verde) participando da missa de comemoração ao aniversário da cidade de Amparo- PB, 2015. No registro é possíveis serem identificarmos os alunos sentados no segundo banco de trás para frente, em ambos os lados, sendo eles um total de 04 (quatro) alunos.

A próxima imagem, já vem demonstrando outro momento de participação dos alunos, nos festejos de emancipação da cidade.

**FOTO V**

**Fonte:** José Gracivaldo Pereira, 2015. (via Facebook)

A imagem trás a participação dos alunos da EIAS no hasteamento das bandeiras, durante os festejos de emancipação da cidade de Amparo-PB, 2015. Além da participação como ouvintes, há também a presença de alunos na composição da Banda de musica 29 de Abril, que está localizada ao lado esquerdo da foto.

A forma abusiva por parte da gestão escolar em ambos os casos, deixa a mostra que se formos comparar as práticas desenvolvidas em sala de aula com as que envolvem toda a comunidade escolar, as primeiras acabam que sendo efetivadas cotidianamente por professores despreparados para exercerem a função de lecionar o componente curricular de Ensino Religioso. Já a parte que diz respeito a gestão, a uma afronta aos princípios básicos da educação e de caráter pessoal aos que fazem parte daquela comunidade. Como pode “obrigar” pessoas de outras religiões a participarem de práticas de uma religião diferente? Onde fica o livre arbítrio do indivíduo nesse momento? E, ao mesmo tempo, nos questionamos onde pode tal ação ser desenvolvida dentro de uma escola?

O que podemos enxergar em situações como estas, é a falta de preparação por parte da gestão, a qual não busca obter conhecimentos básicos sobre a educação para poder ocupar um cargo de confiança que tem como entendimento nortear a educação e organização de uma escola.

É nítido a prática religiosa na escola, principalmente a religião católica. E isso é alarmante não só para a escola, mais também para toda a comunidade que é envolvida na no entorno escolar. Princípios são desrespeitados, leis são descumpridas.

A escola é um espaço defendido por lei como laico, o descumprimento dessa lei, acaba por desrespeitando de forma abusiva os que compõem o espaço escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Religioso decretado e defendido por lei é de suma importância para a disseminação da diversidade da cultura religiosa existente no Brasil, além da mesma ter a capacidade de quebrar preconceitos existentes na sociedade. Porém, para que tal função seja feita, é necessário o cumprimento referente as práticas deste componente curricular.

E através desta pesquisa pudemos perceber a forma de como o Ensino Religioso como componente curricular é trabalhado nas escolas publicas brasileiras, desde a Constituição com auxilio dos PCN'S até as práticas metodológicas tidas em sala de aula e nas abrangências da comunidade escolar, tendo como referencia a escola pesquisada.

Durante o período de pesquisa de campo, foi notório a despreparação dos professores por serem formados em áreas de conhecimentos distintos e o descomprometimento por parte da gestão escolar em dar subsídios para o melhoramento desta prática educacional. O que se pode perceber é a forma abusiva da apropriação por parte da gestão e dos professores (os quais mesmo, na tentativa de não aderirem a essa prática, acabam que deslizando na realização de algumas temáticas trabalhadas) voltadas para as religiões as quais são praticantes, o catolicismo. E isto pode ser visto no decorrer da construção do material apresentado.

O Estado mesmo sendo dito laico por lei, o modo como o Ensino Religioso vem sendo tratado, não se distancia muito de como era tido à algumas décadas, pois mesmo com a existência de leis, não é assegurada a laicidade aos alunos da escola pesquisada.

Não há como exercermos tais práticas se de algum modo continuamos a praticá-las na mesmice de sempre, de passarmos ensinamentos preconceituosos sobre temáticas que precisam ser trabalhadas dentro e fora da sala de aula para que possamos mudar a realidade social. Todos os professores são, de certo modo, responsáveis pela construção de uma sociedade livre de preconceitos. E cabe a eles terem metodologias que auxiliem as crianças e adolescentes a terem uma decisão mais ampla da diversidade cultural religiosa presente em nossa sociedade, seguindo as leis e propostas postas ao longo dos anos.



## REFERÊNCIAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Sala de aula não igreja, “BIRÔ” de professor não é altar**. Artigo em PDF, (S/D).
- ALBERTI, Verena. **Fontes históricas: Histórias dentro da História**. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2006.
- BATISTA, Keila Cristina. **Projeto Político-Pedagógico: análise do referencial teórico produzido após o período de 1990**. Cascavel, PR. UNIOESTE, 2012.
- BRAGA, Ederlaine Fernandes. **Ensino Religioso: disciplina integrante das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental**. Goiânia, 2001.
- Brasil, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm)>. Acessado em 02/02/2014.
- CAETANO, Loudicéa V. C.; e DIÓGENES, Elione M<sup>a</sup> Nogueira. **Projeto político pedagógico: diálogos intercruzados entre Veiga e Vasconcellos**. UFAL. S/D.
- CAETANO, Maria Cristina. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Ensino Religioso: Sua trajetória na Educação Brasileira. 2007**. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Maria%20Cristina%20Caetano%20e%20Maria%20Auxiliadora%20Monteiro%20Oliveira.pdf>> Acesso em: 04 de março de 2015.
- CAVALCANTI, Alberes de Siqueira. Currículo e Diversidade Cultural: **uma abordagem a partir do Ensino Religioso nas escolas públicas**. Rev. de Pesquisa em Filosofia, v. 1, n. 3, maio – ago. 2011.
- COSTA, Antonio Max Ferreira da. **Um breve histórico do ensino religioso na educação brasileira**. Artigo em PDF. Acessado em 20/10/2013.
- DA SILVA, Raylinn Barros. **História do Ensino Religioso no Brasil: limites e desafios para um ensino humanitário** (parte 2<sup>a</sup>). Disponível em <<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=165>>. Publicado em 06/11/2013. Acessado em: 28/06/2014.
- DA SILVA, Thiago Ferreira. **Categorias: Brasil República, Era Vargas**. Disponível em <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/governo-constitucional-de-getulio-vargas/>>. publicado em 2010. Acessado em 20/02/2015.
- DE ÂNGELO. Vitor Amorin. **Questão religiosa: Igreja e Estado entram em conflito**. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/questao-religiosa-igreja-e-estado-entram-em-conflito.htm>>. Publicado em 2008. Acessado em 20/02/2015.

DE ARAÚJO, Ana Paula. Santo Inácio de Loyola. Disponível em <<http://www.infoescola.com/biografias/santo-inacio-de-loyola/>> Acessado em 20/02/2015.

Educação Brasileira 69 - Ensino Religioso / Planejamento Escolar. <<http://www.youtube.com/watch?v=2kEww7zNI7w>>. Acessado em: 01/07/2014.

Era Vargas e República Populista Prof. Thiago - Turma CHQAO 2012. <<https://www.youtube.com/watch?v=lxzY-9OpnTo>>. Acessado em 20/02/2015

História do Ensino Religioso e da Educação. Disponível em <<http://erdrica.blogspot.com.br/2012/05/historia-do-ensino-religioso-e-da.html>> Publicado em 04/05/2012. Acessado em: 28/06/2014.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **O Ensino Religioso no Brasil: tendências, conquistas, perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FISCHMANN, Roseli. **AINDA O ENSINO RELIGIOSO EM ESCOLAS PÚBLICAS: subsídios para a elaboração de memória sobre o tema**. Disponível em <<http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/23/17>>. Acessado em 16/07/2014.

JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul. **O ensino religioso no Brasil**. 2 ed.rev.e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVANI, Dermeval e NASCIMENTO, M<sup>a</sup> Isabel Moura (organizadores). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

MEC, Brasil. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**/ Ministério da Educação. Secretária da Educação Fundamental. – 3 ed. – Brasília: A Secretaria, 2001.

MOREIRA, Marco Antônio. **Metodologias de pesquisa e ensino**. São Paulo: Editora Livraria Física, 2011.

OLIVEIRA, Amanda e MARTINS, Raquel. **Redemocratização brasileira e constituição de 1988**. Disponível em <<http://redemocratizacaobrasileira.blogspot.com.br/>>. Publicado em 30/09/2010. Acessado em 20/02/2015.

PARAMETRO DE ENSINO RELIGIOSO – 6º AO 9º ANO ENSINO FUNDAMENTAL - REDE MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. **Diretrizes para o Ensino Religioso – 2011**. <<http://www.tricor.com.br/seduc/portal/downloads/PCM-Ensino-Religioso.pdf>>. Acessado em 05/11/2014.

PERES, Tirsa Regazzini. **Educação brasileira no Império**. UNESP/ Santa Clara, 2005.

PETERMANN, André Schtck. Plano de Ensino (2013- 2016). **Ensino Religioso: Ensino Fundamental Anos (Séries) finais**. Blumenau, 2013.

PINTO, Tales dos Santos. **“Primeira República no Brasil”**; **Brasil Escola**. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/historiab/primeira-republica>> Acessado em 20/02/2015.

RACHEL, Andrea Russar. Brasil: **a laicidade e a liberdade religiosa desde a Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/22219/brasil-a-laicidade-e-a-liberdade-religiosa-desde-a-constituicao-da-republica-federativa-de-1988>> Elaborado em 11/2011; Publicado em 07/2012; Acessado 15/10/2014.

RAPOSO, Gustavo Resende. **A educação na Constituição Federal de 1988**. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/6574/a-educacao-na-constituicao-federal-de-1988>>. Publicado em Abril de 2005. Acessado em 20/02/2015.

REL, Karina. **Regime Militar deu golpe na educação do Brasil**. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=521984>> Publicado em 30/03/2014. Acessado em 16/10/2014.

ROCHA, Décio; DAHER, M<sup>a</sup> Del Carmen e SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. **A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva**. UFRJ. Artigo em PDF. Disponível em <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/viewFile/1132/896>>. Acessado em 01/07/2014.

SABINO, Marcelo. História da Educação: **Da colônia a Redemocratização**. Disponível em <<http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/2397038>> Publicado em 24/07/2010. Acessado em 28/10/2014. Marcelo Sabino.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, Ideologia e Contra-ideologia. São Paulo: EPU, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. – 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Brasil Império: Segundo Reinado**. Disponível em <<http://www.mundoeducacao.com/historiadobrasil/segundo-reinado.htm>>. Acessado em 20/02/2015.

SOUZA, Marco. **O Ensino Religioso na História do Brasil**. Disponível em <[http://www.gostodeler.com.br/materia/12002/o\\_ensino\\_religioso\\_na\\_historia\\_do\\_brasil.html](http://www.gostodeler.com.br/materia/12002/o_ensino_religioso_na_historia_do_brasil.html)> S/D. Acessado em: 28/06/2014.

STIGAR, Robson. **A história do Ensino Religioso no Brasil**. Disponível em <<http://www.artigonal.com/religiao-artigos/a-historia-do-ensino-religioso-no-brasil-709656.html>> Publicado em 04/01/2009. Acessado em 28/06/2014.

TAKAMASHI, R. T.; FERNANDES, M. F. P. **Plano de aula: conceitos e metodologia**. Acta Paul. Enf. , São Paulo, v. 17, nº 1, p. 114- 8, 2004.

**ANEXO A – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ILDEFONSO  
ANSELMO DA SILVA**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**Gestão: Maria das Graças Pereira**  
**Adjuntas: Ionete Batista Vilar**  
**Maria de Fátima Araújo Silva**

**Secretaria Escolar:**  
**Coordenação Pedagógica: Jorge Soares de Moura**  
**Edilson Maciel**

## **APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA**

A Escola Municipal de Educação Básica Ildefonso Anselmo da Silva, está localizada à Rua Vereador Cícero Soares, Nº 62 centro-Amparo-PB. Foi criada pelo Ato de criação Nº 08, de 26 de outubro de 2000 e o Ato de Funcionamento de Nº 15, 15 de outubro de 2001, tendo sua instalação em 25 de dezembro de 1983 pelo governador Wilson Leite Braga e inaugurada pelo prefeito Genival Paulino de Sousa. Comemora-se simbolicamente o aniversário de nossa escola no dia 25 dezembro. A escola possui alunos com média e 3 anos a 16 anos de idade com um total de 428 alunos do maternal ao ensino fundamental em 9 anos. O perfil socioeconômico é bem diversificado, porém a maior parte dos nossos alunos encontra-se situados na renda mínima, 60% dependem de programa de bolsa escola e ajudas na aquisição de materiais escolar e subsídios.

### **JUSTIFICATIVA:**

Com o avanço da tecnologia e da sociedade em geral, se faz necessário uma mudança na postura do professor e do aluno, levando-os ao ensino e aprendizagem mais eficaz onde todos os segmentos sejam capazes de construir o seu próprio conhecimento. Partindo desse princípio é indispensável uma proposta pedagógica e uma gestão democrática que não se reduza a integração escola - família-

comunidade, mas também que vise à realização das pessoas e a transformação da comunidade procurando atender aos seus anseios e interesses.

### **OBJETIVO DA ESCOLA.**

A Escola Municipal de Educação infantil e Ensino Fundamental e Médio Ildefonso Anselmo da Silva, tem como objetivo principal, respeitar, valorizar as experiências de vida dos educandos visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nosso maior propósito é fortalecer nos nossos educandos, a postura humana e os valores aprendidos: a criticidade, a sensibilidade, a criatividade e a esperança diante das situações difíceis, deste modo formar seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro.

### **Modalidades de Ensino**

Ensino Fundamental 9 anos

Educação Infantil: Maternal e Pré-Escola

Ensino Fundamental anos iniciais: 1º ao 5ºAno

Ensino fundamental Anos Finais: 6º ao 9º Ano

Número de matrícula em 2010: 374 - Alunos

Quadro Docentes(segue nos anexos)

Quadro de Apoio(segue nos anexos)

### **Objetivo da Educação Infantil:**

A educação Infantil, primeira etapa da escola básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, com complemento a ação da família e da comunidade.

A educação infantil, primeira etapa será oferecida em:

- I- Na própria entidade que oferece serviços de creches, tendo em vista que o município não dispõe de creches e a necessidade da comunidade em atender crianças de a partir dos três anos de idade.
- II - Pré-Escola para crianças de 04(quatro) a 06 (seis) anos de idade.

### **Objetivo do Ensino Fundamental**

O ensino fundamental, com duração mínima de 9 (nove) anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

II - A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das áreas e dos valores em que se funciona a sociedade.

III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.

IV - O Fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

### **Objetivos do EJA (Educação de Jovens e Adultos)**

A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiverem acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. A educação de jovens e adultos tem por objetivo oferecer aos jovens e adultos que não tiveram acesso aos estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

### **Currículo:**

Que seja adequado á realidade do aluno, levando-se em consideração os aspectos sócio-econômicos em que o mesmo está inserido. Todas as disciplinas e séries estão distribuídas conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de acordo com a grade curricular abaixo discriminada:

### **Áreas do conhecimento e Disciplinas**

Base Nacional Comum ao 1º e 9º ano.

**Linguagem Portuguesa** – Deve garantir a todos os alunos o domínio do discurso nas diversas situações cotidiano;



Educação Física – Deve garantir ao educando oportunidades de desenvolver atividades corporais;

Arte – Deve levar o aluno a desenvolver competências estéticas, artísticas, nas diversas modalidades da área.

### **Ciências da Natureza, matemática e suas tecnologias**

- Matemática – deve garantir aos alunos o sucesso ao conhecimento matrícula;
- Ciências – deve propiciar competências que lhe permitam compreender o mundo e atuar como indivíduo e como cidadão.

### **Ciências Humanas e suas Tecnologias**

- Geografia – deve propiciar aos alunos o conhecimento da natureza em suas múltiplas dimensões e promover atitudes na construção e reconstrução da sociedade.

### **Parte diversificada**

- A parte diversificada destina ao ensino fundamental:
  - Os temas transversais e educação ambiental integram todas as áreas do conhecimento.

### **Políticas Públicas aplicadas na escola**

Todas as ações dos programas aplicados na escola estão articuladas com o currículo, visando atender as necessidades do processo de ensino aprendizagem, na tentativa de minimizar o déficit educacional. As ações destes programas são definidas e realizadas por toda a comunidade escolar, visando à aplicação de uma escola democrática.

### **Os programas educacionais aplicadas na referida escola são:**

PDDE Interativo - Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE-Escola: Plano de Desenvolvimento da Escola

PNATE: Programa Nacional do Transporte Escolar

PROINFO: Programa Nacional de Informática na Educação

PLD: Programa do livro Didático

Formação pela Escola

### **Metodologia de Trabalho:**

Queremos que os educandos possam ser mais gente e não apenas sabedores de competências e habilidades técnicas. Eles precisam aprender a falar, a ler, a calcular, a confrontar, dialogar, debater, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber articular o pensamento e o seu próprio sentimento, sintonizados com a sua história de luta pela terra, ou seja, cidadãos conscientes e capazes de interagir na sociedade.

A proposta de educação da nossa escola tem como ênfase em três aspectos importantes na questão da metodologia de ensino: temas geradores; práticas-teorias-práticas e participação coletiva.

A educação não é obra apenas da inteligência, do pensamento, é também da afetividade e do sentimento. E é esta combinação que precisa estar tanto no ato de educar, como no ato de ser educado e deve ser o pilar da relação educador-educando, sustentado pelo companheirismo e pelo respeito no sentido profundo e libertador da palavra.

### **Formas de acompanhamento e avaliação**

Entendemos a avaliação como um processo contínuo e cumulativo, contextualizado por toda a comunidade escolar. São realizadas as seguintes práticas avaliativas.

Diagnóstico,

Investigativas,

Participativas.

Somativa

### **Expressão dos resultados da avaliação.**

A avaliação é feita de forma constante e contínua no decorrer de todo o ano letivo, através das verificações dos conteúdos que estão sendo estudados. É realizada: Avaliação somativa, um dos exemplos mais conhecidos é a prova objetiva

(os mais variados tipos de testes, relatórios, questionários). A avaliação Formativa, que pretende acompanhar o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos: realizar-se-á através de observação diária.

### **Avaliação Interna (Avaliação da Aprendizagem do aluno):**

As avaliações internas como (SAEB, IDEB, Provinha Brasil, Prova Brasil) foram idealizada para produzir informações sobre o ensino oferecido por município e escola, individualmente, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino.

### **Normas de convivência de gestão escolar**

O corpo discente é constituído por todos os alunos regularmente matriculados na Escola, a quem se garantirá o livre acesso às informações necessárias à sua educação, ao seu desenvolvimento como pessoas, ao seu preparo básico para o trabalho e para o exercício da cidadania.

As normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola e se fundamentarão em princípios de solidariedade, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática.

## **PLANO DE AÇÃO PARA A MELHORIA DA ESCOLA-2010/2011**

### **Objetivos do Plano de ação:**

- Motivar alunos e professores;
- Incentivar os alunos a permanecer na escola;
- Diminuir o número de reprovação,
- Criar aulas mais atrativas:incrementar atividades extras-classe;
- Tornar o espaço escolar mais atraente,
- Desenvolver projetos culturais;

- Capacitar os educadores e funcionários em geral para melhorar as condições de trabalho; Estabelecer uma parceria harmoniosa com o conselho escolar e conselho municipal de educação.

### QUADRO DO PLANO DE AÇÕES

<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>PRAZO</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>
Planejamento mais integrado	Realizar estudos, trabalhos e atividades participativas onde professor e aluno caminhem na mesma direção em busca de objetivos comuns;	Início de cada bimestre	Professores e coordenação
Integração Família escola	Através de reuniões de Pais e Mestres e eventos culturais.	A cada término de bimestre (exceto: recesso escolar, feriados ou eventos significativos)	Professores, Coordenação e Gestão Escolar
Levar os alunos a descobrirem suas potencialidades na dança, músicas, festas juninas, artes, esportes etc)	Criação de Projetos artístico-culturais	1º e 2º semestre de 2013/2014	Gestores, professores, coordenação e todo pessoal de apoio
Motivar Professores para criação de projetos em anexo discriminados: • Gincana Cultural	Apoio aos professores em todos os projetos desenvolvidos		Direção e coordenação escolar

<ul style="list-style-type: none"> <li>• O dia do estudante</li> <li>• As festas juninas</li> <li>• Feira de Ciências</li> </ul>			
Estabelecer parceria harmoniosa entre o conselho escolar.	Fazer reuniões periódicas dividindo tarefas e pedindo sugestões para os desafios encontrados.	1º e 2º semestre de 2013/2014	Gestores, equipe de professores coordenação presidente do conselho emembros convidados.

### QUADRO GERAL DOS FUNCIONÁRIOS

<b>DIREÇÃO</b>	<b>01</b>		
<b>DIREÇÃO ADJUNTA</b>	<b>02</b>		
<b>DOCENTES</b>	<b>39</b>		
<b>COORDENAÇÃO</b>	<b>02</b>		
<b>QUADRO DE APOIO GERAL</b>	<b>22</b>		

### Anexo I - Quadro Demonstrativo dos Docentes

ORD	Nome	Função
01	Adeilda Ferreira de Oliveira	Professora
02	Carmelita Ventura Anselmo dos Santos	Professora
03	Ceci Neves da Silva	Professora
04	Claudia dos Santos Oliveira	Professora
05	Eraldo Eronildes Maciel	Professor

06	CirilaDjaner Lima da Silva	Professora substituta
07	Edivaldo Caetano Nascimento	Professor
08	Luma Raissa da Silva	Professora Contratada
09	Fabiana Machado de Lima	Professora
10	Clarice Tavares Santos	Professora Substituta
11	Jandira Simões de Araújo	Professora
11	Josefa Caetano Feitosa	Professora
12	José Arnaldo da Silva	Professor ( desvio de função)
13	Jose Edilson Maciel	Professor
14	Jorge Soares de Moura	Professor
15	Lourdesceia Ribeiro de Souza	Professora
16	Maria Direma da Silva	Professora
17	Maria Nucedalva da Silva	Professora
18	Maria Denise Ferreira Gonçalves	Professora
19	Maria do Carmo Pereira	Professora
20	Maria José Vieira C. Pedroza	Professora
21	Maria das Neves de Brito	Professora
22	Márcia Palmeira de Vasconcelos	Professora
23	Rossana Ferreira de Sousa	Professora
24	Sueli costa Germano	Professora
25	Senilda Ferreira de Sousa	Professora
26	Vilma Enéas da Costa	Professora
27	VerinaldoEneas da Costa	Professor

**Anexos II - Quadro Demonstrativo - Pessoal de apoio.**

Ord	Nome	Função
01	Maria de das Graças Pereira	Gestora
02	Maria de Fátima Araújo Silva Ionete Batista Vular	Gestora Adjunta

03	Maristela Palmeira Vasconcelos da Silva	Coordenadora Pedagógica
04	Lucicleide Batista da Silva	secretária escolar
05	Aldileci Divino Maciel	Bibliotecária
06	Marcos André Amancio da Silva	Porteiro
07	José Telmo Maciel	Porteiro

**ANEXO B - PLANO DE CURSO DA PROFESSORA "A"**



**Planejamento Anual – Ano 2014**  
**Disciplina: Religião. Turmas 6º e 7º ano**

**Objetivo Geral**

Construir conhecimentos sobre diferentes tipos de religiões, proporcionar a reflexão como suma importância para interpretação de textos, questionar a realidade através de temas atuais.

**1º Bimestre**

**Conteúdos**

- Honestidade.
- Texto cuide bem de você mesmo.
- Catolicismo e evangelicalismo.
- Ditados populares.
- Texto para refletir tema viver.
- Texto não vivemos sozinhos.
- Autobiografia.
- Tipos de religiões, símbolos e seus significados.
- A páscoa.

**Objetivos específicos**

Reconhecer que a honestidade é uma virtude preciosa, onde pessoa honesta é feliz, respeitada e admirada.

Procurar a reflexão sobre o texto cuide bem de você mesmo, pois cuidar de se próprio traz tranquilidade para dentro de você.

Entender tipos de religiões como Catolicismo e evangelicalismo.

Reconhecer os tipos de religiões, símbolos e seus significados.

Procurar refletir sobre o tema viver, pois viver é sempre crescer cada dia melhor.

## **Procedimentos Metodológicos**

Realização de trabalhos e exercícios em grupos ou individuais.

Leitura e escrita.

Utilização de livros-textos e possíveis debates sobre os assuntos em questões.

Aulas Explicativas.

## **Avaliação**

- A avaliação dever ser:

Oral ou escrita

Contínua

Individual e coletiva.

## **2º Bimestre**

### **Conteúdos**

- O fazendeiro e seus filhos, texto para refletir.
- A amizade.
- O sábio e o pássaro.
- O verdadeiro sentido da vida.
- A religião Islã.
- Religiosidade
- Indiferenças religiosas.
- Todos podem aprender.
- Sociedade, Racismo e Bullying.

### **Objetivos específicos**

Refletir sobre a amizade como um dos fatores fundamentais para a vida.

Entende sobre o verdadeiro sentido para a vida.

Refletir sobre o fazendeiro e seus filhos, onde a maior riqueza que existe é a sabedoria.

Saber identificar a religiosidade e diferentes tipos de religiões.

Procurar refletir e questionar temas atuais como sociedade, Racismo e Bullying.

### **Procedimentos Metodológicos**

Realização de trabalhos e exercícios em grupos ou individuais.

Leitura e escrita.

Utilização de livros-textos e possíveis debates sobre os assuntos em questões.

Aulas Explicativas.

### **Avaliação**

- A avaliação dever ser:

Oral ou escrita

Contínua

Individual e coletiva.

### **3º Bimestre**

#### **Conteúdos**

- Mensagem sobre o dia do aluno.
- Primeiro as primeiras coisas.
- E se a gente não quiser escutar Deus?
- O que são valores humanos.
- O verdadeiro sentido da vida.
- Texto para reflexão o menino que mentia.
- O caráter.
- Texto para interpretação a folha amassada.
- Texto para reflexão os Gansos.
- Nunca deixe de sonhar.

## **Objetivos específicos**

Reconhecer os valores humanos.

Reconhecer o verdadeiro sentido para a vida como fundamento principal para a existência humana.

Identificar a reflexão como base principal para interpretação.

Entender que DEUS só quer nosso bem. Ele manda amar, ajudar e perdoar.

Entender que um bom caráter não surge por acaso. É fruto de uma conquista diária, de um trabalho contínuo e de uma vontade firme. É obra pessoal de cada um de nós.

Reconhecer e entender que as dificuldades da vida são normais e passageiras e saber que precisamos ser solidários nas dificuldades um com os outros.

Entender e refletir sobre o tema nunca deixe de sonhar, pois sonhos nos motivam a viver, a continuarmos caminhando. Vivemos na verdade, na busca da realização dos nossos sonhos.

## **Procedimentos Metodológicos**

Realização de trabalhos e exercícios em grupos ou individuais.

Leitura e escrita.

Utilização de livros-textos e possíveis debates sobre os assuntos em questões.

Aulas Explicativas.

## **Avaliação**

- A avaliação deverá ser:

Oral ou escrita

Contínua

Individual e coletiva.

## **4º Bimestre**

## **Conteúdos**

- A folha que não queria mais água.
- O "*chic*" agora é ser simples!
- Desenvolvimento sustentável.
- Mensagens para reflexão: Saber falar e ouvir.
- Aceitando pelo que é.
- Liberdade e responsabilidade.
- Solidariedade.

## **Objetivos específicos**

Reconhecer e entende que há equipes nas quais, ao se querer respeitar a liberdade de um, sacrifica-se a liberdade dos outros.

Refletir sobre a falar com licença, por favor, obrigado, me desculpe. São formas de educação e respeito para si e com os outros.

Compreender que desenvolvimento sustentável é: "Atender às necessidades da atual geração, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em prover suas próprias demandas."

Refletir sobre saber falar e ouvir, sejamos senhores, dono de nossa língua, para não sermos escravos de nossas palavras.

Reconhecer que a liberdade, ao lado da Inteligência, é uma característica que nos engrandece extraordinariamente. Ela nos permite traçar o nosso próprio caminho.

## **Procedimentos Metodológicos**

Realização de trabalhos e exercícios em grupos ou individuais.

Leitura e escrita.

Utilização de livros-textos e possíveis debates sobre os assuntos em questões.

Aulas Explicativas.

## **Avaliação**

- A avaliação dever ser:

Oral ou escrita

Contínua

Individual e coletiva.

**ANEXO C- PLANO DE CURSO DA PROFESSORA “B”**

Ano letivo 2014

Plano de curso anual-ensino religioso-9º ano

<b>OBJETIVO GERAL: Proporcionar ao educando o conhecimento dos elementos que compõe o fenômeno religioso, a partir de sua própria experiência, as formas que exprime o Transcendente na superação da finitude humana, valorizando o pluralismo e a diversidade cultural presentes na sociedade.</b>			
<b>1º BIMESTRE</b>			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	AValiação
<ul style="list-style-type: none"><li>Conhecer na evolução da estrutura religiosa a respectiva formação da ideia do Transcendente no decorrer dos tempos, analisando as diferentes mudanças culturais que determinam as ideologias religiosas, que perpassam a redação dos textos sagrados e os determinam como verdade do Transcendente para determinado grupo.</li></ul>	<b>Transcendência religiosa</b>	Aulas expositivas e explicativas. Debates. Leitura reflexiva e socialização do conteúdo. Exibição de vídeos, slides e similares.	A avaliação contínua: pontualidade, freqüência, participação em sala de aula realização de exercícios reflexivos. Trabalhos de pesquisa em grupo e individual. Exercícios avaliativos.
<b>2º BIMESTRE</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>A valorização da família, compreender as divergências familiares, reconhecer os desafios a serem superados para que se tenha uma boa convivência familiar.</li></ul>	<b>A convivência familiar</b>	Aulas expositivas e explicativas. Debates. Leitura reflexiva e socialização do conteúdo. Exibição de vídeos, slides e similares.	A avaliação contínua: pontualidade, freqüência, participação em sala de aula realização de exercícios reflexivos. Trabalhos de pesquisa em grupo e individual. Exercícios



			avaliativos.
<b>3º BIMESTRE</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Mostrar a conexão entre valores defendidos na sociedade atual e as religiões; discutir os direitos fundamentais do ser humano.</li> </ul>	<b>Moral e direitos humanos</b>	Aulas expositivas e explicativas. Debates. Leitura reflexiva e socialização do conteúdo. Exibição de vídeos, slides e similares.	A avaliação contínua: pontualidade, frequência, participação em sala de aula realização de exercícios reflexivos. Trabalhos de pesquisa em grupo e individual. Exercícios avaliativos.
<b>4º BIMESTRE</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Compreender diferentes temas de valores humanos, reconhecer sua importância para o indivíduo e a sociedade o qual está inserido.</li> </ul>	<b>Valores humanos</b>	Aulas expositivas e explicativas. Debates. Leitura reflexiva e socialização do conteúdo. Exibição de vídeos, slides e similares.	A avaliação contínua: pontualidade, frequência, participação em sala de aula realização de exercícios reflexivos. Trabalhos de pesquisa em grupo e individual. Exercícios avaliativos.

**APÊNDICE A- FICHA ROTEIRO PARA ENTREVISTA**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA (PROFESSOR)**

Idade:

Sexo:

Formação:

O convenio com a escola:

- 1- Tempo que leciona na disciplina de Ensino Religioso:
- 2- Turmas que leciona (quantidade e séries):
- 3- Material didático:
- 4- Recursos didáticos utilizados (busca outros fontes):
- 5- Qual tipo de metodologia utilizada em sala de aula:
- 6- Como é o desenvolvimento dos alunos na disciplina:
  - 6.1- Quais os recursos...
- 7- Procura integrar algumas práticas religiosas na disciplina. Quais:
- 8- Qual maior dificuldade enfrentada na disciplina:
- 9- Os alunos sugerem temas para serem trabalhados em sala de aula:
- 10- Procura trabalhar outras culturas religiosas na qual os alunos são praticantes, na sala de aula:

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS**

## **ROTEIRO DE PESQUISA (ALUNO)**

Idade:

Série:

- 1- Você gosta de disciplina de Ensino Religioso?
- 2- Você gosta da metodologia utilizada pelo(a) professor(a)?
- 3- Quais os recursos utilizados pelo(a) professor(a) durante a aula?
- 4- O(a) professor(a), se apropria da religião dele para lecionar em sala de aula?
- 5- O que lhe chama mais atenção na aula?
- 6- Qual a maior dificuldade que você acha na disciplina de Ensino Religioso?
- 7- Para você o que poderia ser melhorado na aula de Ensino Religioso?

**APÊNDICE C- TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA DA PROFESSORA “A”**

## TRANSCRIÇÃO DA COM A “PROFESSORA A”

Idade: 19 anos.

Sexo: Feminino.

Formação: Graduanda em ciências contábeis.

O convenio com a escola: contrato/ professora substituta.

Quanto tempo leciona na disciplina de Ensino Religioso?

- *Só esse ano.*

Só esse ano, outro não?

-*não.*

Quais as turmas você leciona?

- *é os sextos e o sétimo ano.*

Todos?

-*todos os sextos e o sétimo ano, só o sétimo ano “A”.*

Qual material didático que você utiliza nas suas aulas?

- *sim! O material didático que eu utilizo, são, é:, apostilas e revistas.*

Os recursos didáticos você utiliza outras fontes?

- *sim, busco fontes de internet.*

A questão de livro voltado para o Ensino Religioso mesmo, a escola fornece?

-*não! Não fornece.*

Não fornece nenhum tipo de material?

-*não. Nenhum tipo.*

Qual o tipo de metodologia que você utiliza em sala de aula?

- *então. Eu procuro fazer, é:, fazer textos reflexivos, pa reflexão, leituras de textos, trabalhos em conjuntos e:, trabalho de pesquisa pra eles pesquisar e isso.*

Como é o desenvolvimento dos alunos na disciplina?

-*é por disciplina! Tem disciplina que o desenvolvimento é bem melhor, eles são mais envolvidos, já tem disciplina que eles são mais desinteressados. É: as disciplinas do sexto ano eles são mais envolvidos no Ensino Religioso, já à do sétimo não. Já são mais complicado.*

Você procura interagir algumas práticas religiosas na disciplina? Se sim quais?

- *não {exitou}*

Você poderia me explicar o porque?!

- é porque é assim, procurar interagir: [exitação]. Então, é porque é assim, ou não queria é (atropelo de palavras) como aqui na escola eles tem esse dividir entre a igreja católica eu sou amigo de quem é católico, ele é amigo de quem é evangélico. Então assim, eu não procuro não distinguir, juntar as duas, é, as duas tanto católica como outras religiões que tem aqui, tem a batista também NE?!. Ai eu procuro assim:, juntar todos, fazer trabalhos em grupos, que é para eles não se distanciar por causa desse motivo assim.

Qual foi a maior dificuldade enfrentada na disciplina?

- então. A maior dificuldade é porque assim, muitos alunos, é como eu falei pra você, que aqui na escola que falaram pra os alunos que Religião não reprova. Então assim, eles não são tão empolgados pra fazer as atividade porque diz tanto faz, religião não reprova. Mesmo assim não tão nem ai mesmo.

Os alunos chegam a sugerir alguma temática pra ser estudado?

- sim. Assim, eles mandam eu trazer mais dinâmica, que até eu já, algumas aulas eu trago dinâmicas pra fazer pra interagir com todos, assim professor uma dinâmica pra gente interagir mais, sempre, que é possível, porque é assim não é toda aula que ...

Procura trabalhar outras culturas religiosas com os alunos independente das que eles são praticantes?

- é procurar trabalhar outras culturas religiosas, sim, eu procuro trazer textos pra eles falando de outros tipos de religião pra eles distinguir, saber as culturas, as crenças de cada religião. Sempre eu procuro trazer assim, falar de outras né?! Da religião afro africanas e de outros tipo da dos, assim pra eles conhecer que não existe só a religião católica, também não só a religião evangélica, nem só a batista, do quê eles tem aqui na região. Procuro trazer outras religiões que tem de fora pra eles conhecer também.

A FINALIZAÇÃO DA ENTREVISTA É DADA COM OS AGRADECIMENTOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PROFESSORA DO 6º ANO, POR SUA CONTRIBUIÇÃO NA PESQUISA.



**APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA DA PROFESSORA “B”**

## TRANSCRIÇÃO DA COM A “PROFESSORA B”

Idade: 21 anos.

Sexo: Feminino.

Formação: Graduanda em ciências contábeis.

O convenio com a escola: contrato/ professora substituta.

Quanto tempo leciona na disciplina de Ensino Religioso?

*- dois anos.*

Quais turmas que você leciona?

*- ao todo leciono em quatro turmas. Um sétimo ano, dois oitavos e um nono ano.*

Quais os recursos didáticos que utiliza, tanto os que a escola fornece, como os que você busca por fora?

*- uso de pincel né?! : para usar no quadro branco, é: data-show para exposição de slides e vídeos e similares.*

Os textos e slides que você trás para a sala de aula, você procura através de onde?

*-da internet, é: e também de revistas como mundo jovem e também de livros, é: que falam sobre o Ensino Religioso.*

Qual o tipo de metodologia que você usa na sala de aula?

*- aulas explicativas, aulas expositivas com socialização do conteúdo e textos reflexivos, com leituras reflexivas também.*

O desenvolvimento dos alunos nas suas aulas como é a participação deles?

*- o desenvolvimento dos alunos, é considerado excelente. É: de que forma assim utilizando recursos, produção textual reflexiva, é: questionários reflexivos, onde eles expõem, é: sua concepção, ou seja, sua consciência crítica, é: dos assuntos que estão sendo abordados.*

Já aconteceu de em algum momento eles se recusarem a fazer essas atividades?

*- não.*

Por se tratar da disciplina de Ensino Religioso, você vê alguma dificuldade dos alunos, levando em consideração que você também leciona em outra disciplina?

*- assim:, não se tem uma grande dificuldade, mas digamos assim, que ainda aqui existe a idéia que Ensino Religioso não reprovava. Mais assim, digamos que o professor tem que encarar isso não como uma dificuldade, mais como um desafio. De que forma? É: trazendo, colocando, ou seja, aplicando uma metodologia*

*interessante né?! Que chegue a conquista- lo ou desperta nele, é: o interesse de aprender de conhecer denominados assuntos.*

Você procura interagir alguma prática religiosa na disciplina?

*- não. Até mesmo porque em sala de aula à religiões divergentes. O que faço é orientar, razão de procura de transcendentos e: as diversas formas de manifestações das mesmas.*

Qual a maior dificuldade que você encontra na disciplina?

*- assim, no momento não existe!*

Os alunos sugerem temas para serem trabalhados em sala de aula?

*-sim, as vezes. Temas polêmicos, é: que existe na sociedade.*

Procura trabalhar outras culturas religiosas com os alunos independente das que eles são praticantes?

*-Sim! Ai de que forma? Numa visão geral, que não chegue é: a deixar nenhuma religião restrita, mais que tenham conhecimentos abrangentes de todas.*

A participação da gestão escolar, ela lhe dá algum apoio com metodologias para serem levadas para a sala de aula?

*- digamos que assim, é: o básico, só o básico.*

A FINALIZAÇÃO DA ENTREVISTA É DADA COM OS AGRADECIMENTOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PROFESSORA DO 9º ANO, POR SUA CONTRIBUIÇÃO NA PESQUISA.

**APÊNDICE E - TERMO DE CONCENTIMENTO DE ENTREVISTA DA  
PROFESSORA "A"**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ABORDADAS NA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA "IDEFONSO ANSELMO DA SILVA" (AMPARO- PB).

Nome do Pesquisador Principal ou Orientador(a): EDVIRGES BATISTA DE OLIVEIRA

Nome do(s) Pesquisadores assistentes/alunos: NÃO HÁ.

1. **Natureza da pesquisa:** *o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade a coleta de dados referentes as práticas metodológicas da disciplina de Educação Religiosa, no Ensino Fundamental II.*
2. **Participantes da pesquisa:** *Será realizada com 02 (dois) professores da disciplina de Educação Religiosa do Ensino Fundamental II. Sendo 01 (um) é professor do 6º Ano e 01 (um) professor é do 9º Ano.*
3. **Envolvimento na pesquisa:** *ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) Edvirges Batista de Oliveira, faça uso das informações dadas por vossa senhoria. A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.*
4. **Sobre as entrevistas:** *As entrevistas serão realizadas de forma oral, no qual será gravado áudio, e posteriormente transcrita pelo pesquisador (a).*
5. **Riscos e desconforto:** *a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.*
6. **Confidencialidade:** *todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados.*



7. **Benefícios:** *ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre As práticas pedagógicas abordadas na disciplina de Ensino Religioso, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa auxiliar no desenvolver da construção de um trabalho científico, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.*
8. **Pagamento:** *a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.*

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

SILERLANIA MACIEL SILVA

Nome do Participante da Pesquisa

Silerlânia Maciel Silva

Assinatura do Participante da Pesquisa

Edvinhos Batista de Oliveira

Assinatura do Pesquisador

Laustino Laustino Cavalcante Neto

Assinatura do Orientador

**APÊNDICE F - TERMO DE CONCENTIMENTO DE ENTREVISTA DA  
PROFESSORA “B”**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ABORDADAS NA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA “IDEFONSO ANSELMO DA SILVA” (AMPARO- PB).

Nome do Pesquisador Principal ou Orientador(a): EDVIRGES BATISTA DE OLIVEIRA

Nome do(s) Pesquisadores assistentes/alunos: NÃO HÁ.

1. **Natureza da pesquisa:** *o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade a coleta de dados referentes as práticas metodológicas da disciplina de Educação Religiosa, no Ensino Fundamental II.*
2. **Participantes da pesquisa:** *Será realizada com 02 (dois) professores da disciplina de Educação Religiosa do Ensino Fundamental II. Sendo 01 (um) é professor do 6º Ano e 01 (um) professor é do 9º Ano.*
3. **Envolvimento na pesquisa:** *ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) Edvirges Batista de Oliveira, faça uso das informações dadas por vossa senhoria. A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.*
4. **Sobre as entrevistas:** *As entrevistas serão realizadas de forma oral, no qual será gravado áudio, e posteriormente transcrita pelo pesquisador (a).*
5. **Riscos e desconforto:** *a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.*
6. **Confidencialidade:** *todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados.*
7. **Benefícios:** *ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre As práticas pedagógicas abordadas na disciplina de Ensino Religioso, de forma que o*





*conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa auxiliar no desenvolver da construção de um trabalho científico, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.*

8. **Pagamento:** *a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.*

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

MARIA BRUNA DA SILVA SIQUEIRA

Nome do Participante da Pesquisa

M<sup>a</sup> Bruna da S. Siqueira.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Edvinques Batista de Oliveira

Assinatura do Pesquisador

Laustino Laustino Cavalcante Neto

Assinatura do Orientador

**APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELO ALUNO “A”**

## ROTEIRO DE PESQUISA (ALUNO)

Idade: 13

Série: 6 ano "a"

1- Você gosta de disciplina de Ensino Religioso?

sim, gosto muito por que fala sobre tipos de religiões e sobre coisas muito interessantes.

2- Você gosta da metodologia utilizada pelo(a) professor(a)?

sim, por que ela é muito legal e traz textos maravilhosos.

3- Quais os recursos utilizados pelo(a) professor(a) durante a aula?

a professor(a) utiliza recursos como; videos, textos, leituras, atividades e etc.

4- O(a) professor(a), se apropria da religião dele para lecionar em sala de aula?

sim, ela fala mais sobre a religião dele, fala sobre coisas catolicas e explica sobre elas sobre como elas devem ser.

5- O que lhe chama mais atenção na aula?

a leitura, por que são interessantes e curiosas.

6- Qual a maior dificuldade que você acha na disciplina de Ensino Religioso?

nas atividades.

7- Para você o que poderia ser melhorado na aula de Ensino Religioso?

para mim o que poderia melhorar era a  
atenção da professora.

**APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELO ALUNO “B”**

## ROTEIRO DE PESQUISA (ALUNO)

15

Série: 9º ano

1- Você gosta de disciplina de Ensino Religioso?

Gosto muito. Pois a disciplina não trata apenas de religião, mais do caráter, da humildade.

2- Você gosta da metodologia utilizada pelo(a) professor(a)?

Gosto muito. Pois ela abrange vários conteúdos, tanto religiosos, como não religiosos.

3- Quais os recursos utilizados pelo(a) professor(a) durante a aula?

Slides, acompanhados de explicações, vídeos que abrangem os assuntos tratados.

4- O(a) professor(a), se apropria da religião dele para lecionar em sala de aula?

não. Ela tenta trazer vários tipos de assuntos e religiões diferentes.

5- O que lhe chama mais atenção na disciplina?

A vontade e o querer da professora de esclarecer nossas ideias.

6- Qual a maior dificuldade que você acha na disciplina de Ensino Religioso?

Nenhuma.

7- Para você o que poderia ser melhorado na aula de Ensino Religioso?

A metodologia, o professor poderia se aprofundar mais nos diversos assuntos.

